

Carlos Alberto Afonso

Teoria do Estado
uma contribuição crítica à discussão teórica
do Estado capitalista

[digitalizado com revisões em abril de 2018]

Edição original: Editora Vozes, Petrópolis: 1988.

(c) 1987, Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luis, 100 – 25689-000 Petrópolis, RJ, Brasil.

Diagramação: Valderes Barboza.

Composto e impresso nas oficinas gráficas da Editora Vozes Ltda., em janeiro de 1988.

A Lauriberto José Reyes,
grande amigo,
assassinado em 27-02-1972
pela ditadura militar.

Sumário

Prefácio

Introdução

Ciências sociais e prática morfostática

Materialismo histórico e relações sociais de produção

“Instâncias” e “teorias regionais”: a conceituação de ideologia

Materialismo histórico e a teoria do Estado

Propostas relativas ao capitalismo contemporâneo

Marx e o Estado: “Lutas de Classe na França” e o “Décimo Oitavo Brumário”

Prefácio

O Estado que produzimos e que nos produz a cada momento, esta instituição política que está no centro do poder e de nossas vidas como cidadãos, não tem a sua existência resolvida pela teoria. A teoria do Estado e o estado dessa teoria constituem as duas questões centrais deste livro, realizado com raro rigor e fina percepção.

No texto nada fácil, já que o problema é difícil, não se trata de simplificar e facilitar entendimentos de processos e realidades na maioria dos casos não resolvidos pela ciência política em geral e pelo marxismo em particular. Por isso o caminho é árduo e o texto, claro, também é. Fazer esse caminho no entanto é necessário e este texto significa uma contribuição de alto nível intelectual e raro sentido didático.

A literatura apresentada e comentada neste livro constitui outra contribuição importante do autor, tanto pela importância e qualidade teórica dos autores comentados como pela inexistência de grande parte dessa literatura em língua portuguesa ou mesmo ao alcance da maioria dos estudantes brasileiros.

Finalmente, é fundamental destacar que, ao estudar o pensamento de Marx e dos marxistas de nosso tempo, o livro coloca também as bases para o estudo do Estado na etapa atual do capitalismo, a transnacionalização. Neste particular, a teoria do Estado e da transnacionalização capitalistas ainda estão em grande medida por serem elaboradas.

Por essas e outras razões, que o próprio texto se encarregará de mostrar, este livro é uma leitura indispensável para todos aqueles que querem não somente estudar o Estado, mas também trabalhar os caminhos de sua democratização. E esse é de fato o grande desafio de nosso tempo e de nosso país.

Herbet de Souza

Introdução

Este é um assunto espinhoso. Primeiramente porque pouca coisa está definitivamente estabelecida, em termos de corpo teórico. Além disso, porque um esforço para aproximar-nos desse corpo teórico requer uma rigorosa análise multidisciplinar: o Estado é repressor, empresário, justiceiro, corrupto, salvador, ideológico, mistificador, possessivo; mais cheias de adjetivos são ainda as relações entre as pessoas, a sociedade civil, e o Estado. No entanto, passam décadas e Estados permanecem sob a tutela imbatível de “autoridades” que podem manejar intelectualmente muito poucas das disciplinas relacionadas a essa adjetivação – imaginem a lucidez de um texto sobre individualismo possessivo e o Estado escrito por um Augusto Pinochet ou um Stroessner. ..

Diminuir essa distância entre a prática de poder do Estado e o conhecimento do Estado é justificativa suficiente para empreender a busca de uma teoria. Um dos caminhos dessa procura, mais do que uma simples revisão do estado—da-arte teórico, é a busca e teste de ferramentas de análise que permitam melhorar a capacidade explicativa e de prognóstico do conhecimento já existente. Afinal, ciência é isso. Este livro deve ser tomado como mais uma contribuição para essa longa caminhada no rumo do conhecimento do Estado. Como tal, está muito longe de ser uma obra acabada ou definitiva sobre os temas aqui discutidos; trata-se de uma série de notas organizadas em uma sequência mais ou menos lógica que pretendem contribuir para a discussão dos problemas teóricos das formações sociais capitalistas.

A intenção é trabalhar, na medida de nossa limitada habilidade e competência, com o método do materialismo histórico. Como o próprio materialismo histórico e conceitos a ele intrínsecos, como relações sociais de produção, modo de produção e formação social, não são categorias científicas definitivamente estabelecidas¹ – para não falar de classes e luta de classes –, estes conceitos são discutidos nos três primeiros capítulos deste trabalho. Os resultados dessa discussão deverão ajudar-nos a desenvolver nosso argumento relativo às possibilidades e limitações de uma teoria geral do Estado capitalista.

O primeiro capítulo discute comparativamente o método do materialismo histórico e das chamadas “ciências sociais” contemporâneas não marxianas.² A base metodológica-epistemológica essencial do materialismo histórico é exposta através de uma discussão do conceito de relações sociais de produção (capítulo II). A categoria “formação social” é explicada como o resultado conceitual de um processo histórico-acumulativo no desenvolvimento das relações sociais de produção, e comparada ao conceito de modo de produção. Ideologia e “teorias regionais” são comentadas no capítulo III. As possíveis bases de uma teoria geral do Estado capitalista são analisadas no capítulo IV. O capítulo V comenta propostas recentes relativas ao capitalismo contemporâneo. Uma análise da visão do Estado apresentada por Marx em *Lutas de Classe na França* e no *Décimo Oitavo Brumário* conclui o livro (capítulo VI).

Estas notas originam-se em sua maioria de trabalhos do autor durante seu doutorado em Pensamento Social e Político na Universidade de York, em Toronto, Canadá. O texto final,

1 Um corpo teórico é cientificamente estabelecido se seus paradigmas são aceitos pela comunidade científica. Esta aceitação seria idealmente isenta de motivação ideológica. Ver Thomas S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (Chicago: The University of Chicago Press, 1971), capítulos IV e V.

2 Usamos ocasionalmente o termo “marxiano” para nos referir ao corpo teórico derivado do trabalho seminal de Karl Marx, como sinônimo de “materialista histórico”.

bem como as citações, foram traduzidos da versão original em inglês pelo próprio autor. Agradeço a Liisa North, Herbet Souza, Alan Wolfe, Stephen Hellman e Ellen Wood pelo estímulo e crítica paciente à primeira versão do texto. Muito do pouco que sei é devido a John Buttrick, William Jaffe, Louis Lefebvre e Thomas Sekine. Nenhum deles tem culpa pelos erros que os leitores poderão encontrar no texto, exceto a de ter tentado ensinar-me algo.

I

Ciências Sociais e prática morfostática

Os livros adotados como referência nos cursos de graduação em economia, ciência política e sociologia nos países capitalistas avançados, frequentemente incluem uma introdução metodológica indicando que o conteúdo teórico do texto é “isento de valores preconcebidos”. Por exemplo, em um dos livros-textos mais usados pelos estudantes de economia no Canadá e Estados Unidos, a “ciência econômica” é apresentada como uma ciência social, que merece esta classificação especialmente por sua capacidade de distinguir entre o que é normativo (“julgamentos de valor”) e o que é positivo (“...o que é, foi, ou será...”). O estudante aprende que a “habilidade de fazer esta distinção tem sido uma das razões do sucesso da ciência nos últimos 300 anos”.³ Como “ciência positiva”, a economia começa por “fatos” (“[até] Einstein começou por fatos...”, exclamam os autores do livro):

*Desacordos em relação a afirmações positivas são acertados apropriadamente por um apelo aos fatos... Afirmações normativas, porque elas se preocupam com o que deveria ser, são inextricavelmente vinculadas a sistemas filosóficos, culturais e religiosos. Uma afirmação normativa é aquela que faz um julgamento de valor — um julgamento sobre o que é bom e o que é mau.*⁴

Assim, existem fatos e julgamentos de valor, e ambos são separados por hipótese. Um “fato”, por exemplo, que Lipsey *et al.* pedem que os leitores simplesmente aceitem como tal, é que grupos sociais têm certas normas de comportamento historicamente impostas que devem corresponder a leis teóricas (as teorias de consumo, por exemplo, se baseiam em proposições deste tipo). Os autores admitem que o sistema teórico da ciência econômica está “em formação” [menos mal, afinal, esta é a atitude correta em qualquer ciência...], mas não dão ao estudante nenhuma indicação que os “fatos básicos” podem ser revelados como simples reflexos valorativos, distorções subjetivas, no próprio processo de construção teórica —o que também ocorre em qualquer prática científica.

Por outro lado, Lipsey *et al.* revelam um mecanismo simplista (rejeitado até por alguns neopositivistas) de “captação de fatos” para a construção teórica: se uma afirmação sobre a natureza é livre de conotações do tipo “bom/mau”, então tal afirmação pode ser um fato. Assim, “o ser humano tem uma tendência natural ao comércio” pode ser um fato porque seria, de acordo com esses autores, uma afirmação isenta de julgamentos de valor. Se afirmarmos que essa “tendência natural” pode ter sido imposta por tradições derivadas de “sistemas filosóficos, culturais e religiosos”, Lipsey *et al.* responderiam que a evidência empírica mostra o contrário, sem sequer questionar a habilidade do cientista em mostrar com a ajuda da “evidência empírica” que a afirmação acima é definitivamente e ahistoricamente um “fato”.

Não vamos prolongar aqui esta discussão da base normativa da teoria econômica. Basta lembrar que nada de essencial mudou desde que o newtonianismo passou a dominar o pensamento científico a partir do século XVIII. Como explica E. K. Hunt, de Adam Smith a Milton Friedman, a base do pensamento, econômico nos países capitalistas continua a mesma.⁵ As extremas limitações da teoria econômica foram definitivamente expostas por J.

3 Richard G. Lipsey, Gordon R. Sparks e Peter O. Steiner, *Economics* (Nova York: Harper & Row, 1973), p. 15.

4 Ibid.

5 E. K. Hunt, “Economic Scholasticism and Capitalist Ideology”, em E. K. Hunt e Jesse G. Schwartz (ed.), A

de V. Graaff, revelando que, sempre que uma tentativa de aproximação mais rigorosa com a realidade da vida econômica capitalista é tentada pelos economistas, resulta em remendos tão grandes de sua base normativa que acaba expondo um arcabouço teórico cuja exceção seria a regra.⁶ Exemplos típicos destes remendos são a teoria do “segundo melhor”, da competição “imperfeita” etc, que contradizem a premissa: uma teoria de formação de preços e comportamento de mercados sob competição perfeita (ou seja, uma situação ideal de realização impossível), cujo motor é o mesmo “self-interest” de Adam Smith.

Essa pretensão de ter uma teoria isenta de julgamentos de valor (uma teoria não-normativa), partindo de “fatos” que na verdade são distorções subjetivas, está claramente presente na sociologia e ciência política de Parsons, Huntington, Stepan, Smelser, Easton, Daniel Bell etc. Souza comenta corretamente que esses escritores revelam uma tendência a derivar sociologia e ciência política a partir de uma epistemologia baseada no conceito de ordem (como um objetivo necessário das sociedades humanas) em oposição a mudança (como patologia, falha sistêmica ou irracionalidade). A ordem pode assim ser identificada como racionalidade, como um “fato da natureza” (analogia entre sistemas vivos e sistemas sociais), ou como uma consequência lógica da existência de organizações sociais como sistemas protomecânicos. Esses teóricos baseiam sua visão teórica da sociedade em variações da concepção de ordem; mais ainda,

*...o aspecto prático de todas essas teorias revela uma preocupação profunda e constante com os processos de manutenção e destruição da ordem social — ou melhor, de uma ordem social específica, a ordem social das formações [sociais] capitalistas”.*⁷

Há claramente uma semelhança notável entre a ideia de ordem em ciência política e sociologia e a meta de equilíbrio buscada pela economia neoclássica. Se os pontos de equilíbrio no processo de acumulação capitalista sempre se movem no sentido da crescente centralização e concentração do capital (afinal, estamos falando de equilíbrio dinâmico), isto é, a rigor, externo à teoria econômica neoclássica. Referindo-se mais especificamente ao “estado-da-arte” da ciência política dos países capitalistas avançados, Souza assim explica o compromisso com o *status quo* dessas teorias:

*Uma das funções fundamentais da ideologia da ordem é justificar os sistemas sociais existentes. Isto é feito basicamente por dois caminhos: 1) considerando os sistemas sociais existentes como ordens naturais capazes de resolver seus problemas por meio de mecanismos embutidos tais como ajuste, automanutenção, autocorreção, equilíbrio, evolução e adaptação; 2) considerando que as políticas que negam os sistemas sociais existentes são distúrbios, patologias, anomalias, erros e ameaças que usualmente são externas ao sistema e que ameaçam sua ordem natural.*⁸

Assim, essas teorias ditas “modernas” são fundamentalmente baseadas em premissas não isentas de julgamentos de valor, os quais seus defensores tratam de defender como “fatos irrefutáveis”. Uma primeira premissa normativa é obviamente a divisão arbitrária do estudo das formações sociais em economia, ciência política e sociologia. Estas disciplinas são consideradas como ciências sociais auto-suficientes, identificadas por formulações paradigmáticas: o paradigma neoclássico em economia, o paradigma ordem-perturbação em ciência política, o paradigma mobilidade-rigidez em sociologia. Deste modo, um

Critique of Economic Theory (Londres: Penguin, 1972), p. 186-193.

6 J. de V. Graaff, *Theoretical Welfare Economics* (Cambridge: Cambridge University Press, 1957).

7 Herbert de Souza, “Contemporary Political Theory: an Overview” (Toronto: Universidade de York, 1976, mimeo.), p. 22.

8 *Ibid.*, p. 26.

conjunto de princípios (as premissas teóricas) e um conjunto de regras (o desdobrar lógico das relações entre as premissas) são autônomos em relação ao tempo, em vez de serem considerados, pelo menos, como a melhor aproximação possível a luz do avanço teórico até um certo momento histórico. Este erro crasso de metodologia científica reduz as chamadas “ciências sociais” a pouco mais que formulações da ideologia da ordem.

DeVille e Burns definem processos morfogênicos e morfostáticos da seguinte maneira:

*Processos morfostáticos são aqueles que tendem a manter ou mesmo a reforçar ainda mais a estrutura nuclear do sistema social; estes processos incluem as atividades de grupos sociais dominantes para manter seu poder. Processos morfogênicos são aqueles que tendem, não necessariamente com sucesso, a reestruturar fundamentalmente o sistema. Tais processos são muito mais difíceis, via de regra, de identificar e analisar que os processos morfostáticos, por causa da natureza potencial dos seus resultados”.*⁹

Mais precisamente, comumente o conjunto de premissas é estabelecido propositalmente para construir um sistema teórico que informe uma prática morfostática, como é o caso do emprego do conceito de ordem como premissa da ciência política e da ideia de propriedade privada e da reificação das relações sociais através da mercadoria como premissas imutáveis do arcabouço da teoria econômica.

Uma dificuldade adicional das ciências sociais contemporâneas (da qual nem mesmo pretensos praticantes do método do materialismo histórico estão isentos, como veremos) deriva-se do reducionismo e isoformismo nas relações entre ciências naturais e ciências sociais. Não queremos afirmar aqui que o materialismo histórico tem essa questão já completamente respondida (apesar de que algumas correntes da chamada “escola da lógica do capital” crêem ter resolvido o problema). Entretanto, enquanto alguns teóricos do materialismo histórico consideram necessária uma dicotomia metodológica entre as ciências naturais e as ciências sociais, outros buscam constantemente meios de estreitar a relação entre estes campos do conhecimento, de modo a unificar a metodologia de interação com os fatos e o conjunto de regras de construção teórica.

No terreno da oposição visceral ao materialismo histórico, o extremo reducionista é certamente apresentado por Karl Popper, ao propor o estabelecimento de um conjunto de convenções de construção teórica para todos os cientistas. Ainda mais, Popper propõe (explicitando que sua proposta é guiada por predileções pessoais e julgamentos de valor) que essas convenções metodológicas sejam diretamente copiadas da física contemporânea, simplesmente porque esta ciência “é até agora a realização mais completa do que eu chamo de 'ciência empírica’”.¹⁰ O caso da economia neoclássica é típico deste extremo reducionista, como explica Sekine:

*A economia neoclássica, que tem seguido mais resolutamente o conselho dos reducionistas, de fato criou um travesti da mecânica celeste, alcunhada teoria geral do equilíbrio, pretendendo que ela seja positiva em vez de normativa.*¹¹

Ludwig von Bertalanffy pretende ser o primeiro teorista a propor (à la Maxwell) o que ele chama de “teoria geral de sistema”, um conjunto de princípios teóricos unificadores baseados essencialmente na suposição que “nas várias ciências, naturais e sociais”,

9 Philippe DeVille e Tom R. Burns, “Institutional Responses to Crisis in Capitalist Development: the Dialectics of Capitalist State Regulation”, *Social Praxis*, 1976/1977, vol.4/1-2, p. 7-8.

10 Karl R. Popper, *The Logic of Scientific Discovery* (Nova York: Harper & Row. 1959), p. 34, citado por Thomas T. Sekine, “An Essay on Uno's Dialectic of Capital” (Toronto: Universidade de York, 1977, mimeo.), p. 5.

11 Thomas Sekine, *op. cit.*, p. 10.

configurações explicativas isomórficas podem ser estabelecidas aproximadamente do mesmo modo que a proposta maxwelliana de uma equação matricial aplicável a todos os ramos da física.¹²

O conceito de ordem é claramente uma característica intrínseca a esta proposição: existem “leis” que a teoria de Bertalanffy seria capaz de descobrir tanto para as ciências naturais como para as sociedades humanas. Supondo que distúrbios ou desordens significam uma não-aquiescência a essas leis, esta “teoria de sistema” seria capaz de fornecer regras corretivas para restaurar a ordem ou “ajudar” a sociedade a seguir tais leis.

Não é surpresa verificar que Bertalanffy nem toca no problema de premissas permeadas por julgamentos de valor. Ele usa frequentemente o exemplo da economia neoclássica como uma ciência tão estabelecida como a física (Einstein deve mexer-se na cova...) e compara entusiasticamente os princípios de utilidade marginal (de triste lembrança benthamista) aos mecanismos de equilíbrio e competição em organizações animais. O isomorfismo entre modelos econômicos neoclássicos e modelos biológicos de competição é apresentado alegremente como uma descoberta em vez de ser considerado como uma dificuldade teórica da ciência econômica.

A proposta de Bertalanffy não critica a divisão arbitrária das ciências sociais em economia, ciência política, etc. Entretanto, ele deixa claro que a condição necessária e suficiente para que um ramo científico seja aceito como tal é que seja copiado isomorficamente de seu modelo de “lei e ordem”.

É típica deste ponto de vista (e outros como, por exemplo, a escola de Teilhard de Chardin ou as recentes tentativas de aplicar a “teoria de catástrofes” de René Thom às ciências sociais e até mesmo ao materialismo histórico) uma extrema fascinação com modelos da física moderna – especialmente a formulação estatística do segundo princípio da termodinâmica –, ou os modelos de “catástrofe” da teoria matemática das singularidades. Nas palavras de Bertalanffy, “eventos físicos são dirigidos a estados de máxima probabilidade, e as leis da física, portanto, são essencialmente 'leis de desordem', resultado de eventos estatísticos, desordenados”.¹³ A entropia aumenta e o universo aproxima-se mais e mais de um estado de máxima determinação, ou ordem absoluta. Um isomorfismo é assim grosseiramente proposto entre o modelo termodinâmico de crescimento da entropia e certas variáveis das outras ciências. Em ciência política, a variável isomórfica à entropia seria uma medida do “nível de ordem” em cada momento histórico de uma sociedade que, permeada por “distúrbios sociais”, caminha para a sociedade determinística – a “sociedade da ordem” –, para uma espécie de “admirável mundo novo” da morte... Na visão de Bertalanffy, este é o único caminho para que a ciência política possa sobreviver como ciência (mesmo que só ela sobreviva...).

A técnica do isomorfismo é extensamente utilizada nas ciências naturais, já que uma consequência da existência de propriedades sistêmicas gerais é a presença de analogias estruturais (isomorfismos) em diferentes campos. É possível formular uma correspondência nos princípios que governam o comportamento de entidades que são, intrinsecamente, bem diferentes.¹⁴ Esta técnica é metamórfica, ou seja, o modelo assume, até onde a capacidade de pesquisa permitir, as complexidades intrínsecas ao fenômeno sendo modelado.

O estabelecimento de configurações isomórficas é um dos métodos de construção de modelos em ciências naturais para prever resultados a partir de certas situações

12 Ludwig von Bertalanffy, *General System Theory* (Nova York: G. Brazillier, 1975), p. 38.

13 *Ibid.*, p. 31.

14 *Ibid.*, p. 33.

hipotéticas. (Um exemplo clássico é o projeto de circuitos elétricos a partir de modelos da mecânica dos fluidos; o modelo é aceito somente porque um circuito desenhado assim pode operar com qualquer margem de erro desejada sob certas hipóteses operacionais). No entanto, é necessário que o pesquisador tenha consciência dos limites da comparação entre modelos, antes de considerá-lo como uma representação cientificamente aceitável do fenômeno em estudo. Como veremos, alguns teóricos do materialismo histórico usam configurações isomórficas para construir explicações das formações sociais sem preocupar-se com a clara formulação das hipóteses limitantes operacionais.

Uma outra dificuldade significativa da prática científica (comum às ciências naturais ou sociais) está no processo arbitrário pelo qual os cientistas escolhem os fenômenos a serem investigados. Como explica Mészáros, as linhas de pesquisa realmente seguidas em qualquer etapa histórica são necessariamente finitas, enquanto as linhas de pesquisa possíveis são sempre virtualmente infinitas.¹⁵ A decisão de pesquisar um determinado problema é freqüentemente uma decisão externa à ciência; é uma decisão arbitrária ou imposta por certos interesses. É inevitável que um processo de alienação se imponha. Nas palavras de Mészáros:

*O papel das necessidades e preferências sociais em reduzir o infinito ao finito é extremamente importante. Entretanto – e esta é a proposta de Marx [nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 – C.A.] –, em uma sociedade alienada o próprio processo de redução, já que é determinado ‘inconscientemente’ por um conjunto de necessidades alienadas, tende a produzir mais alienação: a sujeição do homem a instrumentos cada vez mais poderosos produzidos por ele mesmo.*¹⁶

Finalmente, temos que referir-nos à questão da contradição entre a pretensão científica e a prática morfostática nas ciências sociais. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que não se pode classificar todos os cientistas sociais que não utilizam o método do materialismo histórico como comprometidos com uma prática morfostática ou, pelo menos, não conscientemente comprometidos. É possível até que certas propostas de cientistas sociais não marxistas, ao informar políticas, levem a certas mudanças no status quo. Mais difícil, no entanto, é encontrar entre esses cientistas sociais uma capacidade de estabelecer sua prática científica de modo a resistir ao processo de alienação. De qualquer modo, as teorias relevantes hoje (e que já comentamos) mostram não só teóricos intelectualmente comprometidos com seus paradigmas (até aqui, tudo bem. . .), mas também tentando afirmar suas teorias através de várias formas de intervenção na realidade social. A pretensão de “objetividade passiva” nestes casos (juntar fatos, interpretar e explicar logicamente esses fatos e deduzir implicações), à luz do que já discutimos, dificilmente se mantém em pé. A forma mais geral de intervenção dessas construções teóricas é sua translação em componentes de um discurso ideológico a serviço de certos interesses — interesses de classe.

Em segundo lugar, está a intervenção direta de economistas, cientistas políticos e sociólogos como consultores comprometidos (intelectuais orgânicos, na visão de Gramsci) e frequentemente membros da classe dirigente. As formas através das quais essa intervenção é levada a efeito são tão diversificadas e abrangentes, que estaria fora do alcance deste texto dar uma lista de exemplos. Talvez seja suficiente referir-se às recentes teorias de desestabilização que guiaram a ação dos Estados Unidos contra o povo chileno para

15 István Mészáros, “Conceptual Structure of Marx's Theory of Alienation”, em E. K. Hunt e Jesse G. Schwartz (ed.), *op. cit.*, p. 127.

16 *Ibid.*

“extirpar o distúrbio representado pelo governo de Allende” (uma aplicação de um modelo político teórico baseado em ordem como normalidade em oposição a distúrbio como patologia], e à subsequente transformação do Chile em um campo experimental de quem Orlando Letelier muito apropriadamente chamou “os Chicago boys”, liderados pelo prêmio Nobel de economia Milton Friedman. Enfim, foi um “professor-doutor” de ciência política ocupando o cargo de secretário de Estado dos EUA (Kissinger) quem afirmou que os EUA não poderiam tolerar um país (Chile) “virando comunista devido a irresponsabilidade de seu próprio povo”. Mais recentemente, outra “professora-doutora” de ciência política, Jeanne Kirkpatrick, tentava ajudar a destruir, como representante do governo Reagan nas Nações Unidas, a suada conquista histórica do povo nicaraguense – a derrubada da dinastia somozista, que oprimia a Nicarágua por décadas com o apoio americano. Propostas ideológicas, para dizer o mínimo, mas plenamente justificáveis pelos teóricos da ordem.

Em resumo, essas teorias são ao mesmo tempo permeadas de julgamentos de valor e cumprem seu papel de fontes do discurso ideológico da classe dirigente, além de fornecerem outras ferramentas eficientes para assegurar a permanência de um certo *status quo*. Esses teóricos não podem afirmar que a “ciência” que eles praticam é “neutra, não ideológica, objetiva, pragmática, não-teleológica” etc, e muito menos pretender que é a isenção de julgamentos de valor que a diferencia do materialismo histórico, ou que o fato de o materialismo histórico ser uma fonte de uma certa prática morfogênica o desqualifica como ciência social.

II

Materialismo histórico e relações sociais de produção

Uma tentativa de definição do materialismo histórico a partir da crítica acima exposta poderia ser a seguinte: materialismo histórico é um método de interação científica com a realidade, com o objetivo de conhecer a realidade social como uma totalidade composta de muitas determinações, para informar uma prática política morfogênica não alienante. Uma tal definição, entretanto, não necessariamente deixa clara a diferença entre o materialismo histórico e as ciências sociais não marxianas (para não mencionar as dificuldades de utilizar o conceito de alienação como premissa na definição). Nas próximas páginas, tentaremos aprofundar a definição acima, com a ajuda de uma discussão do conceito de relações sociais de produção.

Em um artigo recente, Ernesto Laclau estabelece sua visão de prática teórica (emprestada essencialmente, ele diz, de Althusser):

Deveríamos assinalar... que a prática dá-se inteiramente no plano do pensamento. Como indicou Althusser, o processo de conhecimento não começa com objetos reais – como supõe o empiricismo –, mas com conceitos, peças de informação e ideias fornecidas pelas diferentes formas de prática: científica, ideológica, técnica etc. Estes conceitos são transformados pela prática teórica em objetos de conhecimento, os quais, como tal, são diferentes de objetos reais. Em contraste com a análise empiricista, de acordo com a qual o conhecimento começa do concreto e é elevado a proposições gerais através de um processo de abstração/generalização, nós aceitamos a perspectiva epistemológica que conhecimento é conhecimento de objetos reais, mas ocorrendo inteiramente ao nível do pensamento e movendo-se do abstrato ao concreto. Este “concreto” não é, entretanto, o concreto-real, mas sim o concreto-em-pensamento, para usar a expressão de Althusser... Considerando que o objeto do conhecimento é produzido pela própria prática teórica, os métodos de verificação são parte do próprio sistema teórico. Uma teoria somente é falsa enquanto é internamente inconsistente, isto é, se no processo de construção de seus conceitos ela entrou em contradição com seus postulados... Do sistema teórico aos problemas teóricos e deles a um novo sistema teórico: este é o curso do processo de conhecimento.¹⁷

Em primeiro lugar, esta visão da construção teórica, pelo menos da maneira que Laclau e Althusser a apresentam,¹⁸ não é privilégio de pensadores materialistas históricos. Não é a habilidade de considerar objetos como objetos-em-pensamento (uma premissa epistemológica que não é uma exclusividade da teoria marxista, como já demonstrou Colletti)¹⁹ uma condição necessária e suficiente para identificar uma proposição materialista histórica como tal.

Laclau propõe os seguintes passos para identificar falhas lógicas em uma construção teórica:

17 Ernesto Laclau, *Politics and Ideology in Marxist Theory* (Londres: New Left Books, 1977), p. 60-61.

18 Louis Althusser, *For Marx* (Nova York: Vintage Books, 1969).

19 Lúcio Colletti, *Marxism and Hegel* (Londres: New Left Books, 1977), especialmente p. 204-206. Curiosamente, Colletti desenvolve sua discussão sem referir-se a Antonio Gramsci. Contudo, como John Merrington (“Theory and Practice in Gramsci’s Marxism”, *Socialist Register*, 1968, p. 145-176) demonstrou, as formulações gramscianas sobre a prática teórica acabam sendo as mesmas que Colletti expõe.

[1] Indicar os pontos de conflito entre a esfera da confrontação “empírica” e o sistema teórico em questão... Isto está longe de ser uma operação mecânica, já que é necessário conduzir a confrontação tomando em conta o nível de abstração da proposição... [2] Começando dos pontos de discórdia, identificar os problemas teóricos [isto é, problemas de inconsistência lógica]. [3] Começando dos problemas teóricos, demonstrar as contradições teóricas internas que levam ao colapso do sistema teórico. [4] Propor um sistema teórico alternativo que possa superar as contradições internas do debate anterior.²⁰

Em segundo lugar, esses passos não são uma exclusividade do materialismo histórico; pelo contrário (como o próprio Laclau mostra), pode-se provar que marxistas tais como Ralph Miliband e Nicos Poulantzas não aplicam com rigor o método proposto (estariam eles neste caso excluídos do conjunto dos marxistas?).

Em terceiro lugar, fica a impressão que primeiro é necessário completar uma construção teórica e só então submetê-la à crítica teórica. Finalmente, enquanto Laclau e Althusser concordam que o conhecimento move-se do abstrato ao concreto (mas isto é apenas parafrasear o que Marx já disse século e meio atrás...), uma questão epistemológica-metodológica crucial nem é mencionada: como se dá esse movimento? Isto é fundamental. Afinal, o materialismo histórico não pode ser reduzido a uma metamorfose da teoria de campo (onde o que interessa é o estado inicial e o estado final de uma grandeza, sendo irrelevante o caminho percorrido para mudar de estado).

Não é difícil ver que a proposta de Laclau é apenas parte do que é na realidade o método do materialismo histórico. Mais ainda, o que Laclau expõe é precisamente uma parte da metodologia científica que intelectuais, de ideologias distintas não têm problemas em compartilhar. Entretanto, se ele pretende apresentar isto como o método do materialismo histórico, então a linha divisória entre teorias marxianas e não marxianas permaneceria uma simples questão de princípios diferentes (e julgamentos de valor distintos) no ponto de partida teórico.

Em nossa opinião, Colletti descreve o método do materialismo histórico em uma maneira muito mais avançada que a escola althusseriana. No entanto, isto não significa que as contribuições de Laclau à teoria das formações sociais (em particular sua crítica das posições reducionistas de classe no discurso marxista) são inúteis. Pelo contrário, a totalidade do trabalho de Laclau contém avanços preciosos para o materialismo histórico, alguns dos quais ainda usaremos nesta discussão.

A abordagem que Colletti descreve é bem distinta da visão de Althusser, segundo a qual a diferença entre as “dialéticas” de Marx e Hegel é tal que “as estruturas básicas da dialética hegeliana... têm para Marx... uma estrutura distinta das estruturas que elas têm para Hegel”.²¹ Não se trata simplesmente de diferenças estruturais no método lógico de construção teórica; trata-se muito mais de a abordagem de Marx ser um método original baseado em uma síntese epistemológica de um “processo de realidade (processo indutivo)” kantiano e um “processo lógico (processo dedutivo)” hegeliano.²²

Sem mencionar Althusser uma só vez, Colletti mostra que, pelo menos em relação aos fundamentos do materialismo histórico, a *coupure* althusseriana jovem Marx-Marx “maduro” é falsa: na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* (1843-1844) e na introdução ao

20 Laclau, *op. cit.*, p. 61-62.

21 Althusser, *op. cit.*, p. 93-94.

22 Colletti, *op. cit.*, capítulo VIII.

Grundrisse (1857-1858), isto é, antes e depois da *coupure* althusseriana, explica Colletti, a crítica está baseada no mesmo argumento. Hegel reduz o processo da realidade a um simples processo lógico; ele transforma a ideia no sujeito ou substrato da realidade. .. A lógica universal, ou a categoria, que deveria ser o predicado, é transformada por ele no sujeito; e, vice-versa, o particular – que é o verdadeiro sujeito da realidade – vem a ser o “predicado de seu predicado”, isto é, a manifestação ou encarnação da lógica universal, que é assim substancializada.²³

Portanto, no sistema hegeliano o pensador é simplesmente um transportador da ideia: a objetivação de seu pensamento é a objetivação de um poder transcendental, predeterminado em sua vontade. Como Colletti mostra,²⁴ muitos marxistas empregam este processo de pensamento integralmente; a única diferença (e este é, para muitos marxistas, o modo em que o sistema hegeliano foi virado “de cabeça para baixo” por Marx) é que o pensador não é mais um transportador do Logos, mas sim um transportador da vontade da “matéria”, ou “natureza”, ou da “economia”. O exemplo clássico é a formulação da “vontade da matéria” de Plekhanov, mas a mesma unilateralidade foi compartilhada por Engels (até um certo ponto), Kautsky, Hilferding e, mais recentemente, pela escola estruturalista. O próprio Althusser apresenta uma crítica relativamente similar dessas posições deterministas em *Pour Marx*:

*O destino lógico desta tentação [isto é, a substituição do princípio “puro” da consciência na dialética hegeliana pela “vida material”, “a economia” etc — C.A.] é a exata imagem refletida da dialética hegeliana — a única diferença sendo que não se trata mais de uma questão de derivar os momentos sucessivos a partir da Ideia, mas a partir da Economia, em virtude da mesma contradição interna. Esta tentação resulta na redução radical da dialética da história a dialética que gera os sucessivos modos de produção, isto é, em última análise, às diferentes técnicas de produção. Há nomes para estas tentações na história do marxismo: economismo e até mesmo tecnologismo.*²⁵

Deixando de lado o fato que Althusser reduz erroneamente o conceito de modo de produção a simples “técnicas de produção”, enquanto sua crítica do desvio materialista clássico está correta, suas formulações teóricas das formações sociais capitalistas não sobrevivem à sua própria crítica. No caso da escola estruturalista, pode-se dizer que a “matéria” e a “energia” de Plekhanov são substituídas por “estruturas relativamente autônomas” e “relações entre estruturas”. Essencialmente, entretanto, o mesmo determinismo está presente em todas essas formulações teóricas de Hegel aos estruturalistas.

Ademais, os estruturalistas e os materialistas clássicos compartilham o mesmo problema metodológico: primeiro (como propõe Laclau), empreender um “processo de realidade” ou “colecionamento empírico”, ou “sensibilização indutiva do sujeito”, em seguida, ocupar-se do processo lógico-dedutivo. A crítica do sistema teórico resultante seria somente válida a partir do ponto em que inconsistências lógicas da teoria pudessem ser estabelecidas através de outra construção teórica elaborada pelo mesmo caminho (note-se a preocupação exclusivamente com a *validade* da teoria, em contraste com a *veracidade* da teoria). Não é difícil ver que a totalidade do processo de crítica teórica proposto por Laclau (e pelos estruturalistas da escola althusseriana) pode facilmente fechar-se em si mesma — cada

²³ *Ibid.*, p. 122.

²⁴ Colletti, *From Rousseau to Lenin* [Londres: New Left Books, 1972], especialmente o capítulo “Bernstein and the Marxism of the Second International”.

²⁵ Althusser, *op. cit.*, p. 108.

round de crítica teórica pode levar a teoria cada vez mais longe da realidade, em vez de aproximá-la cada vez mais do concreto com uma totalidade composta de muitas determinações.

Colletti insiste que a abordagem marxista da realidade combina um processo lógico-dedutivo (o qual, em termos de lógica formal, é derivado da Lógica de Hegel) com um processo indutivo [ou “processo de realidade”, que é uma derivação da epistemologia kantiana do objeto como um “ser empírico-sensível” impondo condições restritivas ao pensamento]; estes dois processos são “interligados e combinados entre si”, em vez de preordenados (como o althusserianismo parece sugerir). A elaboração deste argumento por Colletti é muito extensa e relativamente complexa, e aqui nos limitaremos a citar algumas passagens importantes do argumento principal:

De Hegel Marx deriva acima de tudo a teoria da razão, isto é, certas lições relativas ao papel e estrutura do processo lógico-dedutivo. .. Ele deriva. .. um profundo senso da unidade do processo lógico com o processo real, isto é, o princípio daquela unidade entre pensamento e ser que em Hegel, no entanto, era tão imperativa que chegava a pôr em perigo desde o começo sua distinção real [porque o sujeito era como tal ' um simples transportador da vontade transcendental – C.A.]. De Kant, por outro lado, Marx claramente deriva [e Colletti insiste que esta derivação não é um processo que simplesmente se dá através de Hegel – C.A.]... o processo de existência real como algo “mais” com respeito a tudo que está contido no conceito; um princípio que, ao mesmo tempo em que faz o processo da realidade irreduzível ao processo lógico [e portanto em conflito com todas as formas de determinismo, como já indicamos – C.A.], também evita que esqueçamos que, se o conceito vem logicamente primeiro [porque qualquer construção teórica tem que começar por conceitos – C.A.], por outro lado ele mesmo é uma resultante – o resultado, precisamente, da “elaboração da percepção e representação em conceitos” (Marx), isto é, o ponto de chegada daquela passagem da realidade empírica ao conhecimento (o processo de formação de conhecimento)... [Neste método], abstração é discutida em um duplo caminho: como totalidade ou generalização mental [processo lógico-dedutivo – C.A.], e como um aspecto ou característica analítica do objeto particular sob consideração; como abstração do ponto de vista da lógica e como abstração do ponto de vista da realidade. [Isto] significa que pensamento por si mesmo não é conhecimento; que conhecimento é a congruência entre pensamento e realidade; e que, se é assim, é precisamente a pessoa que não toma em conta esta diferença quem está condenada a ver o mundo de cabeça para baixo... A passagem real do abstrato ao concreto não é uma passagem “dentro do abstrato” [e portanto o teste real de uma teoria não é apenas a busca de falhas lógicas – C.A.], mas vai deste último ao concreto da realidade (ou é a conversão de dedução em indução); de modo que aqui não se está lidando com a relação “pensamento-ser” no interior do pensamento, mas sim com a relação entre pensamento e ser.²⁶

Colletti demonstrou que o conceito marxista de relações sociais de produção abarca precisamente uma abordagem dedutiva-indutiva interligada (que é muito mais que um processo dualístico ou preordenado), e que o materialismo histórico é inteiramente construído com base na elaboração teórica do conceito de relações sociais de produção desenvolvido de acordo com aquela abordagem. “O materialismo histórico”, afirma Colletti, “atinge seu ponto culminante no conceito de relações sociais de produção”.²⁷ Estamos assim

²⁶ Colletti, *Marxism and Hegel*, p. 121-134.

²⁷ *Ibid.*, p. 233.

habilitados a dizer que a abordagem dedutiva-indutiva marxista da realidade social é o materialismo histórico, e suas raízes estão nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* [1844], em *Trabalho Assalariado e Capital* [1847] e, como já comentamos, na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel* e no *Grundrisse*.

A formulação do conceito de relações sociais de produção é estabelecida fundamentalmente nos *Manuscritos* de 1844 e emerge quando Marx elabora o “conceito do homem como ‘ser natural genérico’”.²⁸ Ser natural porque ele é parte da natureza, e portanto “ele é um ser objetivo entre outros seres objetivos naturais dos quais ele depende e pelos quais é condicionado”. Ser genérico porque ele é um ser pensante, e isto é o que “o diferencia de todos outros seres naturais e constitui sua característica específica” – é o pensamento humano, “isto é, o universal que é geral ou comum a todas as coisas”.²⁹ Desta concepção do ser humano Marx foi capaz de derivar a visão da relação do ser humano com a natureza e a relação do ser humano com outros seres humanos como uma unidade conceitual. A transformação da natureza pelo homem não pode ser vista como puramente a objetivação de sua ideia em uma interação isolada homem-natureza. Colletti cita a seguinte passagem essencial dos *Manuscritos* de 1844:

*...A identidade da natureza e o homem aparece de tal modo que a relação restrita do homem com a natureza determina a relação restrita entre os homens, e a relação restrita entre os homens determina a relação restrita do homem com a natureza... [Um] certo modo de produção, ou estágio industrial, está sempre combinado com um certo modo de cooperação, ou estágio social... [ao ponto em que] este modo de cooperação é ele mesmo uma “força produtiva”.*³⁰

Este texto, de acordo com Colletti, revela o conceito marxista de relações sociais de produção, que engloba “a produção de coisas e a produção (objetivação) de ideias; produção e intercomunicação subjetiva; produção material e produção de relações sociais...”. Mézaros explica que substituir esta relação triangular dialética homem – atividade produtiva – natureza – homem por uma relação parcial ou bilateral (por exemplo, homem – natureza), ou pela reificação desta relação triangular (por exemplo, mediando a relação do homem com a natureza através das categorias “propriedade” e “trabalho”), ou ainda pelo estabelecimento de compartimentos estanques no processo de conhecimento da realidade social (por exemplo, pelo estabelecimento de ramos autônomos das ciências sociais através de pontos de referência ou categorias reificadas), origina um processo de alienação.³¹

Neste ponto, é essencial esclarecer o que entendemos por formação social. Tomamos como base a explicação de Colletti do conceito de relações sociais de produção para estabelecer que, se uma formação social é entendida como o resultado de um processo histórico-acumulativo específico, um modelo teórico geral que explicaria da mesma maneira formações sociais distintas somente porque elas apresentariam a mesma “combinação” de modos de produção durante um certo período histórico, é inaceitável.

É relevante inserir aqui um comentário sobre como a categoria “formação social” aparece nos trabalhos de Marx. Emilio Sereni elaborou um apanhado excelente sobre o uso de termos como “forma social”, “formação social” e “formação socioeconômica” nas obras de

28 *Ibid.*, p. 234.

29 *Ibid.*

30 *Ibid.*, p. 228.

31 Mézaros, *op.cit.*, p. 124-138.

Marx.³² Na *Ideologia Alemã* (1845-1846) – que talvez também devesse ser citada como obra essencial na elaboração do método do materialismo histórico — e em muitos outros escritos de Marx entre 1845 e 1857, a expressão *Gesellschaftsform* (forma social) é encontrada frequentemente. No *Grundrisse* esta expressão acaba sendo substituída por *Gesellschaftsformation* (formação social), e por *Ökonomische Gesellschaftsformation* (formação econômica da sociedade) na *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859). Sereni insiste que *Form* é um termo que implica um “caráter estático”, enquanto *Formation* encerra um “caráter dinâmico”. *Formation* aparece uma só vez na *Ideologia Alemã*, mas não com a conotação dinâmica do *Grundrisse* (onde a expressão *Gesellschaftsformation* aparece pela primeira vez) e de trabalhos posteriores.³³

Sereni nota que a expressão *Gesellschaftsformation* é usada por Marx para expressar “não tanto o processo de formação da sociedade em geral, mas aquele de uma sociedade determinada ou sequência de sociedade, ou, se quisermos, o resultado ou o fato final que compreende tal processo”.³⁴ Assim, no *Grundrisse* e em trabalhos posteriores, a expressão é usada com a conotação de resultado de um processo histórico-acumulativo. Para diferenciar entre os dois usos, Sereni propõe as seguintes traduções: “formação da sociedade” (quando a conotação dinâmica e desejada), ou “formação social” (quando se pretende enfatizar o resultado de um processo histórico).

Neste trabalho, empregamos a expressão “formação social” precisamente com o significado proposto por Sereni. Já que uma formação social é o resultado de um processo histórico estritamente vinculado ao desenvolvimento das relações sociais de produção, distinções conceitualmente precisas entre formações sociais devem ser estabelecidas principalmente como resultado de um processo de conhecimento indutivo-dedutivo da totalidade de cada formação social, e não como resultado da aplicação mecânica de um modelo teórico de formações sociais tendo o mesmo modo de produção dominante, apesar de que algumas categorias ou “propriedades” essenciais são compartilhadas por diferentes formações sociais que tenham em comum o mesmo modo de produção. Em outras palavras, uma teoria geral das formações sociais capitalistas seria uma teoria parcial de cada formação social capitalista, que serviria somente como ponto de partida para o processo de conhecimento de uma formação social capitalista específica e das relações entre estas formações sociais.

É precisamente a incapacidade de perceber este problema (ou talvez uma recusa oportunista de enfrentá-lo) que tem levado a transposições mecânicas de linhas políticas e organização da prática morfogênica (por exemplo, “bolchevizar” uma formação social, estabelecer um “programa de transição” geral de uma chamada “revolução permanente”, paradigmaticamente os processos revolucionários chinês, cubano ou vietnamita etc etc). Esta dificuldade teórica está também na chamada “teoria da dependência” e nas chamadas “teorias regionais” propostas por Poulantzas.

O significado da expressão “formação social” aqui adotado está longe de representar consenso entre os marxistas. Não é difícil encontrar a expressão sendo usada para identificar outras categorias; por exemplo, Draper chega a usar “formação social” como sinônimo de “classe social”.³⁵ Na formulação de Poulantzas, o conceito é inteiramente desligado de seu caráter histórico-acumulativo. Lenin usa o conceito com o significado dado

32 Emilio Sereni, “La Categoría de Formación Económico-Social”, *Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 39 (Córdoba, Argentina: Siglo XXI, 1976).

33 *Ibid.*, p. 57-58.

34 *Ibid.*, p. 59-60.

35 Hal Draper, *Karl Marx's Theory of Revolution* (Nova York: Monthly Review Press, 1977), p. 506.

por Marx; para ambos,

... a noção de “formação econômico-social” é inequivocamente colocada no plano da história, que é... o da totalidade e unidade de todas as esferas (estruturais, superestruturais ou outras) da vida social, na continuidade e, ao mesmo tempo, na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico. .. [A] concepção total e unitária da história elaborada por Marx [está] centrada [na categoria de] formação econômico-social.³⁶

Em contraste, de acordo com Sereni, Kautsky e o marxismo da Segunda Internacional,

... terminavam evadindo, falseando ou rechaçando de fato a noção (e até o termo) de “formação econômico-social”, reduzindo-a ou identificando-a com “o conjunto das relações de produção”, ou com “modo de produção”, ou enfim, com “estrutura econômica de base”, ou simplesmente “base econômica”.³⁷

Estabelecer conceitualmente uma relação homogênea entre “economia” ou “produção” e “sociedade”, ou criar divisões arbitrárias uniformes (supostamente válidas para todas formações sociais] chamadas “teorias regionais” pode estar em conflito direto com a abordagem indutiva-dedutiva de Marx que é a raiz do materialismo histórico. Voltando a Colletti:

A principal consequência desta abordagem “fatorial”, que corre mais ou menos abertamente através de todo o marxismo do período [da Segunda Internacional] como a base comum de argumentos tão diversos como aqueles de Bernstein e Plekhanov, é o divórcio de “produção” e “sociedade”, ou materialismo e história, a separação da relação do homem com a natureza das relações simultâneas entre os homens. Em resumo, o resultado é uma incapacidade de ver que sem a mediação social ou humana, a própria existência do trabalho e da atividade produtiva são inconcebíveis.³⁸

Creemos que é precisamente a inability de conceber esta relação triangular dialética homem – atividade produtiva – natureza – homem no contexto das relações sociais de produção que leva certas correntes estruturalistas e especialmente Poulantzas a ver os sujeitos sociais como nada mais que “suportes de estruturas”, da mesma maneira em que Plekhanov via os homens como “nada mais que o efeito” da “vontade da natureza”.³⁹

Apesar de já termos feito referências implícitas ou explícitas à relação entre o conceito de modo de produção e o conceito de formação social, uma discussão desta relação é necessária, porque ela não pode ser considerada assunto resolvido entre os teóricos do materialismo histórico. As forças sociais de produção (ou forças produtivas) são estabelecidas na construção analítica do conceito de modo de produção. De acordo com Hindess e Hirst, o conceito de forças produtivas se refere “ao modo de apropriação da natureza, isto é, ao processo de trabalho em que uma certa matéria-prima é transformada em um produto determinado”.⁴⁰ As forças produtivas de um modo de produção representam uma “articulação dos elementos do processo de trabalho”. Deste modo,

“forças produtivas” se referem a esta articulação de elementos, não aos próprios elementos. Neste sentido, não é a ferramenta do artesão ou a máquina industrial como

36 Sereni, *op. cit.*, p. 70-76.

37 *Ibid.*, p. 76.

38 Colletti, *From Rousseau to Lenin*, p. 66.

39 *Ibid.*, p. 68.

40 Barry Hindess e Paul Q. Hirst, *Pre-Capitalist Modes of Production* (Londres: Routledge & Kegan Paul, 1975).

*tais que definem as forças produtivas, mas sim a forma específica de sua articulação em um processo de trabalho concreto.*⁴¹

Ainda de acordo com Hindess e Hirst, “as relações de produção definem um modo específico de apropriação do sobretrabalho e a forma específica da distribuição social dos meios de produção que corresponde a aquele modo de apropriação do sobre-trabalho”.⁴² O modo de produção é então definido como uma combinação articulada de relações de produção e forças produtivas entendidas como nas definições acima. Um modo de produção é assim completamente identificado quando as forças produtivas são empiricamente localizadas e teoricamente estabelecidas como uma articulação entre elementos do processo de trabalho, e a forma de apropriação do sobre-trabalho é também estabelecida. Por exemplo, o modo de produção capitalista seria completamente identificado por forças produtivas representadas em duas categorias fundamentais – capital e trabalho – e pela redução necessária (através da apropriação dos meios de produção por uma classe social que não coincide com a dos produtores diretos) da força de trabalho a uma mercadoria particular que gera a mais-valia.

O conceito de modo de produção é tal que pode manter sua identidade sob diferentes formas de divisão de trabalho e produção de excedente. Esquecer esta propriedade essencial do conceito de modo de produção é usualmente o erro teórico básico de propostas que atribuem a cada combinação de uma forma de divisão de trabalho e produção de excedente um modo de produção específico. Assim, é comum encontrar expressões tais como “modo de produção doméstico”, “modo de produção colonial”, “modo de produção africano” etc, que são às vezes empregadas para identificar uma divisão de trabalho particular dentro do modo de produção capitalista.⁴³ A realização histórica de um modo de produção depende das particularidades da região social em que ele é estabelecido como resultado da luta de classes, especificidades que incluem o modo em que a luta de classes ocorre naquela região particular.

O termo “formação social” é introduzido precisamente para identificar um conjunto de categorias sociais historicamente estabelecidas em uma dada região social – e o modo de produção é uma delas. A expressão inclui muito mais que uma simples “combinação de modos de produção, um dos quais é dominante”. O modo de produção capitalista é o que todas as formações sociais capitalistas têm em comum: estas formações sociais são chamadas capitalistas porque a produção e distribuição do excedente é essencialmente levada a efeito sob as regras operativas de um modo de produção capitalista (apesar de que outras formas de produção e distribuição do excedente possam estar presentes, e muito provavelmente o estão no caso de formações sociais capitalistas menos avançadas).

O conceito de formação social inclui uma dificuldade adicional: como delimitar uma formação social? Obviamente, diferenças entre regiões sociais podem ser acumuladas empiricamente para se estabelecer os limites. A maneira em que o modo de produção capitalista é combinado ou articulado com modos precapitalistas em uma região social dada pode ser traçado com base na análise histórica. Mas, em si mesma, a análise histórica da realização de um modo de produção particular não necessariamente responde a questão dos limites, as fronteiras, de uma formação social. A resposta pode somente ser encontrada se tal análise histórica toma em conta o desenvolvimento das relações sociais de produção,

41 *Ibid.*, p. 11.

42 *Ibid.*, p. 9-10.

43 Uma discussão razoável do conceito de modos de produção está em Aidan Foster-Carter, “The Modes of Production Controversy”, *New Left Review*, n. 107.

isto é, a história da luta de classes e produção do excedente em geral na região social dada. Para colocar o problema mais concretamente: a maioria das discussões sobre as formações sociais começa com a suposição que o número de formações sociais em existência em um momento histórico dado coincide com as regiões sociais delimitadas geopoliticamente chamadas “nações” ou “nações-estados”. Teria esta delimitação sido estabelecida pela evolução pura e simples de modos de produção, ou poderia ela somente ser interpretada como o resultado em mudança de muitas variáveis ou categorias sociais em interação, uma das quais é a forma particular em que as relações de apropriação do excedente se dão [isto é, uma das quais é o processo de articulação ou combinação de modos de produção em uma tal região social]? Não há dúvida, pelo menos no caso do modo de produção capitalista, que não há necessidade teórica de delimitação geopolítica; isto é, a lógica do modo de produção capitalista (a dialética do capital) é inteiramente independente de tal variável. Entretanto, sua realização histórica impõe esta delimitação, porque o capitalismo não se dá simultaneamente em todas regiões sociais, e somente surge como resultado da luta de classes.

Portanto, na lógica do modo de produção capitalista não se encontra resposta para a delimitação das formações sociais; a resposta se encontra na análise do desenvolvimento da totalidade da região social – uma das categorias de tal estudo sendo, obviamente, o conceito de modo de produção. Nossa conclusão é: o que diferencia uma região social de outra em um dado momento histórico não é só a combinação ou articulação de modos de produção (a mesma combinação ou articulação pode ser reproduzida em outras regiões): é a expressão político-institucional particular daquela região, realizada em sua forma específica de Estado e de distribuição do poder político entre as classes sociais.

Portanto, a fronteira da formação social é em última instância arbitrária: estabelecer as fronteiras entre Estados como coincidentes com as fronteiras entre formações sociais exige a suposição que o objetivo é estudar como uma região social particular evolui no interior de uma fronteira geopolítica, isto é, sob uma forma particular de Estado, e/ou como uma tal região interage com outras regiões sociais separadas teoricamente dela pelo mesmo critério. Supondo que estes são precisamente os objetivos de nosso esforço analítico, estabelecemos que uma formação social coincide com uma nação-estado (esta última expressão significando que trata-se de uma região social delimitada por uma fronteira geopolítica) *em um momento histórico determinado*. Deste modo, distintas formações sociais podem compartilhar o mesmo modo de realização de um modo de produção, embora elas tenham chegado a ele através de diferentes processos histórico-acumulativos. Por exemplo, não há dúvida que feudalismo não existiu nos Estados Unidos, e que há muitas particularidades que diferenciam os modos de produção precapitalistas na Europa Ocidental e no Japão. Como formações sociais, elas são distintas, mas como modos de realização do modo capitalista de produção, elas não apresentam diferenças qualitativas significativas (se incluirmos somente os países mais avançados da Europa Ocidental na comparação) no estágio atual do capitalismo.

Finalmente, se no caso do capitalismo uma tal delimitação das formações sociais é em geral aceita, ela não pode ser generalizada as formações sociais sob a dominação de modos de produção precapitalistas. Sob a soberania parcelada do sistema feudal de domínio,⁴⁴ atribuir a categoria de formação social a cada domínio feudal não seria muito útil para a elaboração teórica, mas a associação da categoria com o Estado absolutista deve fazer mais

44 Ver nossa discussão em Carlos A. Afonso, “Comments on the ‘Causes’ of the Decline of Feudalism in Western Europe” (Toronto: Universidade de York, 1977, mimeo.).

sentido, especialmente porque o Estado absolutista é o marco inicial da consolidação da soberania centralizada, prerequisite essencial para o processo de” acumulação primitiva e portanto da emergência do capitalismo industrial.

A formulação que Poulantzas apresenta do conceito de relações sociais de produção está em nítido conflito com a conceituação de Marx acima discutida. O argumento crucial de Poulantzas a este respeito é o seguinte:

A própria concepção científica marxista das relações sociais de produção fornece a crítica radical de qualquer antropologia econômica que relacione a economia em geral às “necessidades” de “sujeitos” humanos, e conseqüentemente a crítica radical da concepção de relações sociais como relações intersubjetivas. Isto é verdadeiro em dois sentidos: por um lado, a instância do econômico é composta da unidade entre o processo de trabalho (concernente às condições materiais e técnicas do trabalho, e em particular os meios de produção; em resumo, as relações “homem/natureza” em geral) e as relações de produção (concernente às relações dos agentes de produção e os meios de trabalho). Conseqüentemente, as relações de produção não denotam simplesmente inter-relações entre os agentes de produção, mas antes estas relações em combinações específicas entre agentes e condições técnicas-materiais do trabalho. Por outro lado, relações sociais de produção são relações entre agentes de produção distribuídos em classes sociais, isto é, relações de classe. Em outras palavras, as relações “sociais” de produção, relações de classe, se manifestam, ao nível econômico, como um efeito desta combinação específica: agentes de produção/condições materiais-técnicas de trabalho constituídas pelas relações de produção.⁴⁵

Deste modo, para Poulantzas as relações sociais de produção são reduzidas a relações de classe que são nada mais que um efeito da relação “agentes de produção/condições materiais-técnicas de trabalho” ocorrendo ao nível econômico”. Enquanto “ele critica a posição voluntarista que vê as relações sociais de produção como puramente o produto de relações intersubjetivas, ao definir classes como simplesmente “suportes de estruturas” e relações entre classes como nada mais que o “efeito” de tais estruturas,⁴⁶ ele vai ao outro extremo [também unilateral], caracterizado pelo determinismo das estruturas. Poulantzas abandona assim a proposta de Marx das relações sociais de produção como uma unidade da interação mediada homem-natureza com a interação entre sujeitos, separando-as arbitrariamente em “dois sistemas de relações, aquele das estruturas e aquele das relações sociais”.⁴⁷ É desta maneira que a categoria “instância econômica” (ou “nível econômico”) é por ele justificada.

Não é surpresa, portanto, que ele chegue a concluir que uma formação social é simplesmente uma combinação de vários modos de produção.⁴⁸ Na sua interpretação do conceito de relações sociais de produção, não há espaço para a visualização da realização histórica das relações de classe como uma totalidade complexa, gerando, ao mesmo tempo, classes como um resultado de antagonismos que ocorrem ao nível da forma dominante do processo de produção e grupos sociais cujos antagonismos não criam classes como tal. Laclau apresenta, como exemplo, uma comparação entre os antagonismos capitalista X operário e fazendeiro X pequeno burguês.⁴⁹ Em uma formação social capitalista,

45 Nicos Poulantzas, *Political Power and Social Classes* (Londres: New Left Books, 1975), p. 64-65.

46 *Ibid.*, p. 60-62.

47 *Ibid.*, p. 85.

48 *Ibid.*, p. 71.

49 Embora Laclau apresente este exemplo em seu livro já citado, nós o tomamos de sua conferência na

capitalista/operário é uma unidade contraditória de tal modo que o conceito de capitalista não pode ser pensado sem o conceito de operário. Mas na mesma formação social podem haver conflitos entre proprietários de terras e pequenos burgueses, os quais, em primeiro lugar, não estabelecem fazendeiro/pequeno burguês como uma unidade contraditória (isto é, podemos perfeitamente estabelecer o conceito de proprietário de terras sem ter que pensar no conceito de pequeno-burguês), e em segundo lugar, não são conflitos determinados por outro modo de produção em combinação com o modo de produção capitalista (ou pelo menos não são necessariamente determinados desta maneira).

É precisamente neste sentido que cada formação social é única, e não uma simples combinação ou “justaposição” de modos de produção. Poulantzas chega a este conceito de formação social em um esforço para demonstrar que no marxismo não há pluralidade de critérios para distinguir as classes na sociedade. Estamos de acordo estritamente em relação a um modo de produção. Entretanto, como o exemplo de Laclau mostra, o caminho correto é diferenciar classe, como uma unidade contraditória em um modo de produção, de “classe” como um simples nome dado a grupos sociais em uma formação social que não podem ser pensados em termos de unidades contraditórias naquela formação social.

Outro problema sério emerge quando Poulantzas caracteriza o conceito de modo de produção. Nossa opinião é que a crítica de Laclau a Poulantzas neste aspecto é inteiramente correta. Primeiro, a divisão arbitrária “político-ideológico-econômico” é implicitamente possível, de acordo com Poulantzas, em qualquer modo de produção (senão, como poderia uma formação social exibindo tal divisão ser uma combinação de vários modos de produção?). E mais, tais categorias (político, ideológico, econômico) teriam que ser forçosamente a-históricas: o “nível político”, por exemplo, como uma categoria, teria que ser o mesmo (ou seja, teria que exibir homogeneidade teórica) qualquer que fosse o modo de produção particular sendo analisado; isto teria que ser verdadeiro também para as duas outras categorias estabelecidas arbitrariamente (de novo, se isto não fosse verdade, seria obviamente impossível combinar diferentes modos de produção para formar a categoria formação social e manter intacta a divisão conceitual político-ideológico-econômico).

Laclau mostra, através de uma discussão do significado duplo da expressão “econômico” em Marx, que tal homogeneidade é insustentável. Ele mostra que a formulação da “instância econômica” em Poulantzas confunde duas categorias distintas: produção e a “esfera das mercadorias, o mercado” em um modo de produção particular – o modo capitalista:

A primeira concepção do “econômico” (= produção) pertence à teoria mais geral do materialismo histórico em que ela define uma das condições de qualquer sociedade possível; a segunda concepção, no entanto, se refere somente as sociedades produzindo mercadorias. Mas ambas concepções diferem não somente em relação ao seu nível de abstração, mas também em que elas não estão em relação direta entre si. O “econômico” no segundo significado não é um caso particular. .. do econômico na primeira concepção. Pelo contrário, os dois conceitos pertencem a estruturas teóricas diferentes cuja unidade tem que ser produzida pela própria teoria... Deste modo, a proposição básica do materialismo histórico, de acordo com a qual o modo de produção da vida material determina todas as outras instâncias da vida social, não estabeleceria a primazia do “econômico” para modos de produção não-capitalistas em que a coerção extra-econômica seria a base das relações de produção.⁵⁰

Universidade de Toronto em 26 de novembro de 1978.

50 Laclau, *Politics and Ideology...*, p. 75-76.

Esta crítica comparada pode ser desenvolvida em relação às categorias “político” e “ideológico” para chegarmos à conclusão que cada modo de produção requer sua própria formulação teórica dentro do materialismo histórico. Estabelecer tal formulação não é certamente emprestar categorias de um modo de produção particular, separá-las de seu significado histórico e usá-las como o ponto de partida de uma teoria geral de modos de produção e formações sociais. Claro está que o erro metodológico de Poulantzas é mais grave que isto: ele não só derivou tal divisão em instâncias a partir do modo de produção capitalista, como também supôs que essa divisão é o ponto de partida de uma teoria geral das formações sociais capitalistas; já que a formação social é simplesmente uma combinação de vários modos de produção, a divisão em três instâncias acaba sendo erroneamente válida a-historicamente para qualquer modo de produção.

III

“Instâncias” e “teorias regionais”: a conceituação de ideologia

Uma discussão relativamente detalhada do conceito de “instância ideológica” em Poulantzas nos ajudará a mostrar claramente que sua teoria de formações sociais é uma composição de teorias “regionais” exibindo configuração isomórfica entre elas, ademais de sofrer de um tipo particular de determinismo que Bridges chamou corretamente de “antropomorfismo”.⁵¹ Para Poulantzas, a “instância ideológica” pode por sua vez ser dividida em “elementos” ou “regiões”.

*A própria ideologia está dividida em Várias regiões que podem ser caracterizadas, por exemplo, como ideologias moral, jurídica e política, estética, religiosa, econômica, filosófica.*⁵²

O mesmo problema aparece: por que esta divisão e não outra? Como poderia, por exemplo, a “região econômica” [seja qual for, no caso, o significado de “região”] ser separada da “região jurídico-política?” Além disso, para Poulantzas a ideologia dominante. é sempre uma ideologia de classe ou uma composição ou combinação de várias ideologias de classe (notemos o isomorfismo com a visão de formação social como combinação de vários modos de produção). Esta formulação é um exemplo do reducionismo de classe criticado por Laclau.⁵³ Poulantzas a expressa assim:

A ideologia dominante contém características de ideologias que não são as da classe dominante [aqui está implícita a ideia que toda classe dominante tem sua própria ideologia “pura” – C.A.], incorporadas como elementos em sua própria estrutura; mas também encontramos nas formações capitalistas verdadeiros subconjuntos ideológicos que funcionam com uma autonomia relativa em relação a ideologia dominante no interior de uma formação [à autonomia relativa da “instância jurídico-política” de uma formação social corresponde, isomorficamente, a autonomia relativa das ideologias não dominantes – C.A.]: por exemplo, subconjuntos feudal e pequeno-burguês. Estes subconjuntos são dominados pelas ideologias das classes correspondentes – feudal, pequeno-burguesa – mas somente até o ponto em que estas ideologias que dominam o subconjunto ideológico são elas próprias dominadas pela ideologia dominante...⁵⁴

Na formulação de Poulantzas, em cada formação social uma das “regiões ideológicas” sempre domina as outras “regiões”. Assim,

... em uma “formação feudal”, religião é a região ideológica dominante, enquanto no modo de produção capitalista e em uma formação capita/ista, onde o econômico geralmente desempenha o papel dominante, vemos a dominância da região jurídico-política sobre o [nível] ideológico. Mas, em particular no estágio do capitalismo monopolista de Estado no qual o papel dominante é retido pelo [nível] político, é a ideologia econômica [da qual o “tecnicismo” é só um aspecto] que tende a tornar-se

51 Amy Beth Bridges, “Nicos Poulantzas and the Marxist Theory of the State”, *Politics and Society*, vol. 4, n. 2, p. 182.

52 Poulantzas, *op. cit.*, p. 210.

53 Laclau, *op. cit.*, capítulo 3.

54 Poulantzas, *op. cit.*, p. 210.

*a região dominante da ideologia dominante.*⁵⁵

Com base em tais formulações, podemos organizar a seguinte tabela, que resume o modo em que Poulantzas vê as estruturas ideológicas em diferentes formações sociais:

| Formação social | Papel dominante | Região dominante da ideologia |
|-----------------------------------|------------------------|--------------------------------------|
| feudal | político | religiosa |
| capitalista | econômico | jurídico-política |
| capitalista monopolista de Estado | político | econômica |

Este quadro nos ajuda a ter uma visão melhor das “três instâncias” de Poulantzas nas quais qualquer formação social pode ser, de acordo com ele, decomposta teoricamente. Primeiro, é óbvio que o “político” tem que ter um significado diferente, como instância exercendo um papel dominante, no feudalismo e no “capitalismo monopolista de Estado”, porque o modo em que a relação de apropriação do sobre-trabalho é perpetuada em uma formação social capitalista difere (em termos de suas características coercivas/persuasivas) do modo de perpetuação da exploração do sobre-trabalho no feudalismo. Mas a relação de apropriação sob o capitalismo é essencialmente a mesma; o conteúdo de tal relação não varia da competição perfeita ao monopólio, mesmo que o Estado chegue a desempenhar um papel essencial como sócio do capital monopolístico.

Não há, portanto, razão para localizar “instâncias” diferentes exercendo o papel dominante no capitalismo somente porque a exploração do sobre-trabalho se apresenta socialmente sob formas de certo modo distintas. A força de trabalho continuará sendo uma mercadoria e terá que ser vendida em um mercado se o operário quiser sobreviver; se ele a vende a uma grande corporação ou a uma pequena empresa, o conteúdo da relação de apropriação e as características coercivas/persuasivas correspondentes permanecerão as mesmas. O problema aqui é claro: a decomposição conceitual da formação social em peças ou “instâncias” foi feita tão arbitrariamente que Poulantzas não é capaz de formular claramente o conteúdo de cada “instância”.

Em segundo lugar, se religião, por exemplo, pode ser tomada, com algumas restrições (por exemplo, a igreja também desempenha um papel antifeudal em certos momentos históricos), como o veículo principal de legitimação do sistema de dominação feudal, e se a ideologia dominante do capitalismo pode ser definida como uma ideologia política da burguesia (outra vez, com restrições), por que então insistir em uma diferença essencial na ideologia dominante do capitalismo em relação a formações sociais “capitalistas monopolistas de Estado”? Em outras palavras, por que sob o capitalismo competitivo a “máscara ideológica” (para usar a expressão de Poulantzas) é jurídico-política, enquanto sob o capitalismo monopolista de Estado ela é econômica? Podemos supor que Poulantzas está tratando de dizer que sob o capitalismo monopolista de Estado há uma necessidade essencial de recorrer ao discurso econômico para garantir legitimidade, e abandonar um discurso estritamente jurídico-político.

Sem entrar na discussão da possibilidade de separar claramente os discursos jurídico-político e o econômico, preferimos admitir que, no estágio atual do capitalismo avançado,

⁵⁵ *ibid.*, p. 211.

uma situação particular de crise do discurso liberal-democrático emerge – um discurso que tem sempre sido (de Bentham aos teóricos contemporâneos da democracia participativa) uma mistura de discursos jurídico, político, econômico e outros. Portanto, uma mudança de ênfase significativa pode acontecer (por exemplo, da bandeira das liberdades democráticas à exigência de ordem econômica). Contudo, o presente estágio do capitalismo começa com o fim da Segunda Guerra Mundial, e o discurso liberal-democrático, apesar de suas crises, ainda está muito vigente como veículo de legitimação. A emergência do capital transnacional (isto é, do sistema produtivo capitalista a escala mundial) não coincide com o fim do discurso liberal-democrático como a principal fonte ideológica morfostática. Portanto, a mudança teorizada por Poulantzas permanece duvidosa.

Já não é surpresa a esta altura que Poulantzas leve seu modelo teórico à seguinte conclusão lógica:

*Podemos resumir assim: na Europa Ocidental a ideologia dominante da classe proprietária de escravos era moral e filosófica, a da classe feudal era religiosa, e a da classe burguesa [é] jurídico-política.*⁵⁶

Ao aceitarmos que a ideologia dominante é um conjunto de representações que servem como veículo de legitimação, fica difícil imaginar uma classe proprietária de escravos necessitando argumentar com os escravos no terreno estritamente “moral e filosófico” para assegurar sua dominação. Em termos gerais, se aceitamos que ideologia é a dimensão significativa de qualquer prática social, sendo essencialmente o universo do discurso que gera sujeitos como agentes sociais,⁵⁷ então a atribuição de ideologias a classes de forma uni-unívoca é inaceitável.

Em *Fascismo e Ditadura*,⁵⁸ Poulantzas aplica seu modelo de análise de ideologias ao caso do crescimento do fascismo na Europa. O modelo básico acima comentado é mantido intacto em toda a análise. O ponto de partida de sua interpretação do papel da pequena burguesia como força social apoiando o crescimento do fascismo é a visão da ideologia pequeno-burguesa como uma combinação de ideologias “puras” de classe.

A crítica de Laclau à concepção de ideologia e de “teorias regionais” apresentada por Poulantzas concorda essencialmente com a nossa. Ideologia, política e a economia devem ser vistas, na proposta de Poulantzas, como estruturas que precisam ser desmembradas em partes ou “elementos”. de outro modo, seria impossível a construção teórica de uma formação social. Toda ideologia na sociedade seria, portanto, uma combinação de elementos – cada elemento pertencendo a um grupo social. A correspondência entre esses elementos e os grupos sociais aos quais eles pertencem é tão próxima de uma relação ou função uni-unívoca que, dado um “elemento” ideológico, há uma correspondência com um único grupo social. Em outras palavras, grupos sociais podem ser definidos por seus “elementos” ideológicos e vice-versa. Isto concorda com a proposição de Althusser que “ideologia não tem história”, já que as “interpelações” são relacionadas estaticamente a classes em um modo arbitrário.⁵⁹ Por exemplo, Poulantzas insiste que “o marxismo-leninismo é a ideologia da classe operária”. Estará ele referindo-se ao discurso da Segunda Internacional? Ou seria o eurocomunismo a ideologia “verdadeira” do proletariado? Enquanto concordamos que o materialismo histórico (que certamente não é sinônimo de variadas manifestações ideológicas autoqualificadas como “marxismo-leninismo”) é fonte

56 *Ibid.*, p. 212.

57 Laclau, conferência já mencionada.

58 Poulantzas, *Fascism and Dictatorship* (Londres: New Left Books, 1974).

59 Althusser, *Lenin and Philosophy and Other Essays* (Londres: New Left Books, 1977). especialmente p. 150.

científica da prática morfogênica não alienante para o estabelecimento da hegemonia (no sentido gramsciano) proletária, não podemos aceitar que o correspondente discurso ideológico seja completamente homogêneo no tempo e no espaço.

Laclau nota que Poulantzas, certamente sentindo as limitações de um esquema tão rígido, introduz a concepção que aqueles “elementos ideológicos puros” podem ser adaptados (“transformados”) para servir aos interesses de um grupo social em um dado momento histórico. Palavras tais como “transformação”, “transmutação”, são usadas por Poulantzas para exprimir esse processo de adaptação. Contudo, esta adaptação

nunca significa que o elemento característico de uma ideologia deixa de pertencer à classe de origem, como se, por exemplo, a ideologia feudal “transformada” se tornasse ideologia burguesa. A transformação consiste na incorporação de “elementos” burgueses em uma ideologia que em seus elementos essenciais continua a ser feudal...⁶⁰

A conclusão é clara, como já argumentamos: o ponto de partida teórico nas “teorias regionais” de Poulantzas é “puramente arbitrário mas, pelo contrário, pressupõe o conhecimento empírico do mesmo, e opera taxonomicamente sobre esse conhecimento”.⁶¹ Laclau mostra que alguns “elementos ideológicos” que Poulantzas considera como “puros” não resistem a uma confrontação com a história:

Liberalismo, que Poulantzas considera um “elemento” ideológico da burguesia durante o estágio do capita/ismo competitivo, foi, na América Latina, a ideologia característica dos senhores feudais. Militarismo não é necessariamente uma ideologia imperialista ou feudal: na Espanha do século XIX, pronunciamentos militares eram a expressão típica de setores burgueses incipientes, e depois da Segunda Guerra Mundial, o militarismo em todo o Terceiro Mundo era comumente um ingrediente ideológico essencial de movimentos antiimperialistas e antifeudais.⁶²

Em *Classes no Capitalismo Contemporâneo*,⁶³ 64 Poulantzas afirma que as falhas teóricas encontradas em seus primeiros trabalhos por críticos tais como Miliband e Laclau foram essencialmente corrigidas. Nesse trabalho ele escreve que “classes sociais coincidem com práticas sociais, isto é, a luta de classes, e são definidas somente em sua oposição mútua”,⁶⁴ aceitando assim que oposição de classes e classes sociais são dois conceitos inseparáveis. Se Poulantzas parasse aqui, poderíamos talvez supor que para ele as classes sociais são derivadas das relações sociais de produção, e uma classe fundamental (no sentido gramsciano) não pode ser teoricamente estabelecida em um modo de produção sem o conceito de seu oposto. Poulantzas, entretanto, decide estabelecer uma distinção entre “determinação de classe” e “posição de classe” (“...determinação de classe não pode ser reduzida, de um modo voluntarista, a posição de classe”). Vejamos como ele estabelece esta distinção:

Uma classe social, ou uma fração ou estrato de uma classe, pode tomar uma posição de classe que não corresponde aos seus interesses, que são definidos pela determinação de classe que fixa o horizonte da luta de classe. O exemplo típico disto é a aristocracia operária, que em certas conjunturas toma posições de classe que são de fato burguesas. Isto não significa, contudo, que ela se torna, em tais casos, uma parte da burguesia; ela permanece, a partir do fato de sua determinação estrutural de classe, parte da classe

60 61. Laclau, *Politics and Ideology...*, p. 95.

61 *Ibid.*, p. 97.

62 *Ibid.*

63 Poulantzas, *Classes in Contemporary Capitalism* (Londres: New Left Books, 1976).

64 *Ibid.*, p. 14.

*operária, e constitui, como disse Lenin, um “estrato” desta última. Em outras palavras, sua determinação de classe não é reduzível à sua posição de classe.*⁶⁵

Aqui podemos tirar duas conclusões: 1) classes são de fato unicamente (e não “principalmente”, como diz Poulantzas pouco antes do texto acima) determinadas pelas relações sociais de produção – até aqui, tudo bem; 2) posições de classe são para Poulantzas predefinidas como o lugar de ideologias particulares que pertencem a cada classe fundamental do modo de produção. Portanto, para Poulantzas existem basicamente, em uma formação social capitalista, uma posição de classe proletária e uma posição de classe burguesa. O grupo social chamado pequena-burguesia, não possuindo sua própria posição de classe “pura”, tem que “flutuar” na arena política tomando uma combinação variável de porções dos discursos ideológico burguês e proletário. A mistura (que varia em cada formação social) define, de acordo com Poulantzas, a posição de classe da pequena-burguesia; no entanto, é uma mistura decomponível em “parcelas” derivadas de ideologias “puras” de classe. Claramente, sua teoria “regional” da ideologia permanece intacta em todos seus trabalhos mais importantes.

65 *Ibid.*, p. 15.

IV

Materialismo histórico e a teoria do Estado

A evidência empírica mostra que certas formas orgânicas em colônias humanas que poderiam ser vistas como políticas estão presentes nessas comunidades sob qualquer forma concebível de produção de excedente. Produção de excedente significa a transformação da natureza pelo trabalho humano em um tal nível que o tempo de trabalho social necessário não é a simples somatória de toda a força de trabalho simples (individual) disponível na comunidade, já que a subsistência para todos os membros da comunidade é fornecida por trabalhadores organizados de acordo com tarefas (por exemplo, caçadores, zeladores, plantadores etc).

Em outras palavras, a produção de valor de uso excedente implica em uma divisão social do trabalho que por sua vez cria as condições para a emergência de um sistema hierárquico ou dirigente. Disparidades no desenvolvimento entre comunidades, por outro lado, acabam estabelecendo condições objetivas para a confrontação física: por exemplo, as necessidades de produção de excedente não podem ser atingidas com a divisão de trabalho tradicional em uma comunidade, forçando-a assim a buscar meios de obter (por troca ou expropriação) valores de uso de outras comunidades. Deste modo, às necessidades organizacionais internas da produção de excedente temos que agregar interações entre comunidades como a base histórica das primeiras formas de autoridade protopolítica”.⁶⁶

Nosso argumento é que a necessidade social histórica de uma autoridade protopolítica é imposta não por um modo de produção específico em um certo momento histórico, mas pela produção de excedente em geral. Os esforços sociais para resolver o “problema econômico” da distribuição do excedente e o “problema político” da alocação de tarefas constituiria a fonte primária para a emergência de formas de Estado. Discutindo a exposição de Engels sobre a emergência de sociedades de classe em *Origens da Família...* (1884) e em *Anti-Dühring* (1876-1878), Draper constata que:

*O Estado não aparece do nada, simplesmente para cumprir uma função repressiva de classe... [O] Estado surge como a transformação de uma instituição já desempenhando um certo papel. O começo do Estado, sua fonte protopolítica, encontra-se em funções indispensáveis da sociedade... [O] Estado, portanto, surge de uma divisão de trabalho na sociedade. Ele surge, é claro, somente como resultado da divisão da sociedade em classes, mas suas raízes institucionais estão em atividades e funções da sociedade sem classes.*⁶⁷

Draper explica que Engels claramente estabeleceu um acoplamento necessário entre o Estado e a produção de excedente e não entre o Estado e um modo de produção particular, mencionando a seguinte passagem do *Anti-Dühring*:

Em cada tal comunidade [primitiva] existiam desde o começo certos interesses comuns, a salvaguarda dos quais tinha que ser passada a indivíduos, é verdade, sob o controle da comunidade como um todo: adjudicar disputas; reprimir o abuso individual de autoridade; controlar as reservas de água, especialmente em países quentes; e finalmente, quando as condições eram ainda absolutamente primitivas, funções religiosas. Tais ocupações são encontradas em comunidades aborígenes de todos

⁶⁶ Draper, *op. cit.*, p. 247.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 245-246.

*períodos – nos mais antigos marcos germânicos e até hoje na Índia. Elas são naturalmente dotadas de uma certa medida de autoridade e são o começo do poder estatal.*⁶⁸

A análise de Engels, de acordo com Draper, mostra que a “independência crescente” das autoridades protopolíticas não é atribuída ao “crescimento de distinções de classe”:

*Pelo contrário, esta tendência surge espontaneamente da complexidade crescente da comunidade. Ainda pelo contrário, é a partir dessa independência crescente do órgão protopolítico que Engels visualiza o surgimento de uma classe dirigente.*⁶⁹

O argumento de Draper é baseado no seguinte texto de Engels:

*Não é necessário que examinemos aqui como essa independência das funções sociais em relação a sociedade aumentou com o tempo até desenvolver—se em dominação sobre a sociedade; como aquele que era originalmente o servidor, onde as condições eram favoráveis, transformou-se gradualmente no senhor; como este senhor, dependendo das condições, emergiu como um déspota oriental ou sátrapa, o dinasta de uma tribo grega, o chefe de um clã celta, e assim por diante; até que ponto ele subsequentemente recorreu a força no curso desta transformação; e como finalmente os dirigentes individuais se uniram em uma classe dirigente...*⁷⁰

A análise de Engels tenta demonstrar que o Estado “aparece quando as instituições necessárias para levar adiante as funções comuns da sociedade requerem, para sua manutenção continuada, a separação do poder de coerção forçosa do corpo da sociedade em geral”.⁷¹ A autoridade protopolítica aparece assim intimamente ligada à produção de excedente, como uma característica histórica necessária da produção socialmente organizada de valores de uso. Ainda mais, não há correspondência lógica ou (até um certo ponto) histórica entre formas ou modos de existência de Estados e modos de produção específicos, apesar de que formas de direção específicas possam ser criadas com a emergência de novos modos de produção. Isto se estende, é claro, às formas de governo. Assim, por exemplo, “governo democrático”, “Estado repressivo” ou “regime fascista” não podem ser inferidos do modo de produção capitalista. Democracia efetiva se mede pela participação popular na tomada de decisões – no entanto, esta participação pode estar fora do alcance da maioria da população em formações sociais capitalistas ou não, e até mesmo nos auto-intitulados regimes “liberais-democráticos” modernos.

Dada a falta de correspondência histórica entre modo de produção e formas de autoridade jurídico-política, temos que buscar outras relações para tentar a construção teórica do Estado. Do ponto de vista da vida econômica de uma formação social, uma das dificuldades é a generalidade do conceito de modo de produção. Notemos que muitas formas particulares de produção de excedente e divisão do trabalho podem ser agrupadas sob o mesmo modo de produção. Por exemplo, uma tribo de nômades caçadores pode organizar uma colônia para proteger-se, digamos, de uma tribo traficante de escravos, embora cada caçador forneça alimento somente para ele e sua família; uma divisão de trabalho diferente passaria a existir se, por exemplo, devido à organização forçada da colônia, os caçadores compartissem suas caças com toda a comunidade, ou pelo menos com famílias de caçadores que agora cumprem o papel de guardas da colônia; o modo de produção, entretanto,

68 *Ibid.*, p. 246.

69 *Ibid.*, p. 247.

70 *Ibid.*

71 *Ibid.*, p. 250.

permaneceria o mesmo porque não houve mudança qualitativa nas relações de exploração de uma divisão de trabalho para outra. Em geral, há um processo contínuo (não uniforme] de mudança da divisão do trabalho que, dependendo de hipóteses operacionais, pode ser classificado em estágios de um modo de produção – uma construção teórica de dificuldade considerável em uma formação social capitalista.

É possível que certas relações funcionais para justificar teoricamente uma forma particular de autoridade jurídico-política possam ser encontradas na maneira como um modo de produção materializa-se em uma divisão de trabalho específica e forma de produção e distribuição de excedente em uma formação social particular. Tais relações funcionais não poderão fornecer uma explicação completa do porquê da existência de uma forma de autoridade jurídico-política em uma formação social em uma conjuntura particular, mas podem vir a ser uma parte essencial da teoria do Estado de tal formação social.

Resta ainda discutir alguns problemas específicos na elaboração da teoria (ou teorias) dos Estados capitalistas, começando pela ideia da lógica do capital. O modo de produção capitalista é o primeiro (não o único) modo de produção na história que pode ser considerado como contendo uma lógica interna de acumulação e distribuição do excedente. Esta lógica expressa-se concretamente pelo impulso racional da maximização do lucro. O campo para a realização desta lógica é consolidado pela imposição histórica do liberalismo (primariamente na forma contraditória do discurso liberal-democrático) à formação social. Esta doutrina proporcionou orientação política e ideológica à burguesia emergente para que se pudesse impor “trabalho livre” (ou a mercantilização da força de trabalho) e “livre empresa” (no sentido de desamarrar a ação empresarial de sistemas de fidelidade política tradicionais). A burguesia emergente estava livre para tomar posse definitiva dos meios de produção e para comprar a força de trabalho no mercado de trabalho que surgia, para produzir o que cada burguês em competição julgava ser a mercadoria que daria mais lucro. Assim, à lógica disciplinadora da acumulação corresponderia a irracionalidade da produção a escala social. Já que as decisões de produzir passavam a ser subordinadas a uma única regra (é lucrativo ou não?), o capitalismo industrial representou o abandono absoluto do critério de valor de uso a favor do critério de valor de troca. As formações sociais capitalistas têm estado desde então mais e mais forçadas/persuadidas a aceitar a disponibilidade de bens lucrativos em vez de bens úteis. Mensagens consumistas cada vez mais sofisticadas gradualmente “ajudaram” a sociedade a mudar de ideia sobre o que era útil e o que não era.

Desta maneira, uma primeira contradição geral que pode ser identificada nas formações sociais capitalistas (ademais da contradição fundamental entre os detentores dos meios de produção e os que só têm a força de trabalho para vender, mediada pela contradição entre capital e trabalho) é a contradição entre a lógica da acumulação e a produção social capitalista anárquica. Esta é uma primeira observação essencial para entender por que a realização histórica do capital é inconcebível sem a participação do Estado. Esta contradição é parcialmente contrabalançada por várias formas de intervenção estatal (que culmina quando o Estado empreende ele mesmo a produção e distribuição de valores de troca) sob o capitalismo, e historicamente superada (pelo menos potencialmente) por um segundo modo de produção que poderia exibir uma lógica interna: o socialismo.

A lógica da maximização do lucro inevitavelmente leva a burguesia a obter o máximo sobre-trabalho possível a partir de uma quantidade dada de recursos investidos no processo de produção (esta é a condição mesma de sobrevivência da burguesia como uma classe fundamental). A força de trabalho mercantilizada representa um valor de troca tal como

todas as outras mercadorias, e assim o sobre-trabalho é também medido em termos de valor – mais-valia. Deixando de lado neste texto a discussão do problema da transformação de valor em preços, podemos pelo menos afirmar que maximização do lucro é tendencialmente equivalente à maximização da mais-valia. Portanto, é uma consequência direta da lógica do capital a busca desenfreada de caminhos para reduzir os custos do trabalho, aumentando assim a mais-valia. Capitalismo é o primeiro modo de produção da história que encarna a busca racional da extensão e intensificação do uso da força de trabalho. Já que toda a força de trabalho é mercantilizada, todos os compradores de bens de consumo podem somente comprar uma quantidade de mercadorias equivalente ao valor de troca de seu trabalho necessário (ou, no caso dos capitalistas, a parte da mais-valia que não é poupada ou investida), que está sendo tendencialmente minimizado pela lógica da acumulação.

Aqui aparece uma segunda contradição geral: aquela entre os vendedores que buscam maximizar o lucro e um mercado consumidor que é tendencialmente impedido no seu crescimento pela própria maximização do lucro. A solução morfostática ideal a esta contradição (pregada por teorias econômicas contemporâneas que alegam ser “isentas de valores”) seria o modelo neoclássico de três entidades completamente independentes que se encontram ao acaso (firmas, consumidores e mercado de fatores), e cuja interação resultaria em pontos de equilíbrio estáveis que pudessem realizar-se de modo perfeito. A solução real está no envolvimento progressivo do Estado como a maior unidade consumidora da formação social, uma solução contraditória que acaba tornando-se um problema porque, entre outras dificuldades, o Estado terá que captar recursos da formação social para poder comprar no “mercado doméstico” ou no “mercado de fatores”, competindo assim com o próprio capital por tais recursos.

Uma parte essencial do nosso argumento é baseada na possibilidade de estabelecer uma distinção entre a “lógica pura do capital” (os princípios teóricos da lógica da acumulação no nodo capitalista de produção) e a realização concreta (histórica) do capital em uma formação social. Laclau propôs recentemente⁷² que várias análises histórico-materialistas contemporâneas do Estado capitalista podem ser classificadas sob o nome de “escola da lógica do capital”. O princípio básico de construção teórica desta escola, de acordo com Laclau, é a tese de que o Estado capitalista pode ser logicamente derivado da lógica da acumulação capitalista. Em outras palavras, a explicação do Estado capitalista seguiria os mesmos princípios lógicos da dialética do capital.

Pensamos que esta maneira de enquadrar diversas proposições marxistas como o faz Laclau apresenta sérias dificuldades. Em primeiro lugar, existem várias “escolas da lógica do capital”. Enquanto alguns teóricos acreditam que a lógica da acumulação em si mesma pode explicar tudo o que acontece na sociedade capitalista (e portanto pertenceriam à classificação de Laclau), outros analistas, usando os mesmos princípios básicos de construção teórica, chegam ao resultado oposto: que o Estado capitalista é completamente estranho à “lógica pura” da acumulação capitalista e portanto só pode ser explicado pela análise histórica.⁷³ Como já vimos, nossa proposição neste trabalho tende a compartilhar esta segunda visão, com a ressalva que não negamos elementos característicos básicos comuns a todos Estados capitalistas que poderiam servir de princípios de construção teórica. Em segundo lugar, escolas de pensamento que propõem dividir a teoria das formações sociais

72 Laclau, conferência já citada.

73 Ver, por exemplo, Thomas Sekine, “Uno's Dialectic of Capital – An Essay in the Methodology of Marxian Political Economy” (Toronto: Universidade de York, 1975, mimeo), p. 36.

em “teorias regionais” compartilhando uma configuração isomórfica padrão de construção lógica teriam que ser classificadas como parte da “escola da lógica do capital”, para manter a coerência da classificação de Laclau, e assim Poulantzas teria que ser posto ao lado de Altvater, Hirsch, Müller e Neussus, etc. É evidente que esta classificação começaria a perder significado.

Tentaremos em seguida identificar alguns pontos relevantes para a teoria da formação social capitalista e sua relação com a “lógica do capital”. O que seria externo à lógica do capital? Em outras palavras, que movimentos ou fenômenos em uma formação social capitalista não podem ser logicamente derivados da dialética do capital?

Primeiro: a organização concreta das classes sociais. A lógica da acumulação capitalista requer que cada proprietário de meios de produção possa competir livremente contra todos os outros proprietários, e que cada operário concorra por empregos ou melhores empregos contra todos os outros operários. O fato que a burguesia acabe organizando-se em torno de partidos, associações comerciais, industriais e financeiras, e que os operários constituam sindicatos, partidos populares etc pode ser explicado somente pela história de como o modo de produção capitalista se concretiza em uma formação social particular. Para usar a expressão de um possível membro das chamadas “escolas da lógica do capital”, a organização de classe em qualquer forma está fora da dialética do capital, o mesmo acontecendo com as formas de Estado.⁷⁴

Segundo (e relacionado com o primeiro ponto): o processo histórico de concentração e centralização de capital (o processo simultâneo de emergência e consolidação das formações sociais capitalistas avançadas em contraste com as formações subdesenvolvidas, e a impossibilidade histórica de manter competição perfeita) também está fora da dialética do capital – monopolização é um momento histórico da formação social capitalista, não um momento lógico do modo capitalista de produção. Em outras palavras, não há possibilidade de determinar logicamente a partir da dialética do capital os estágios de concentração e centralização de capital em uma formação social dada; esta “teoria de estágios”, para ter sentido, tem que ser basicamente uma análise histórica.

Terceiro: os conceitos (interligados) de autonomia relativa e legitimidade do Estado capitalista são definições de relações históricas particulares entre o Estado e as classes. Não é porque o modo de produção e capitalista que há uma autonomia relativa do Estado ou uma forma de legitimação pelo Estado de um bloco de poder.

Quarto: a acumulação primitiva é uma externalidade, um dado histórico, um postulado da lógica do capital. Se não o fosse, e desde que é inconcebível visualizar a acumulação primitiva sem a participação ativa do Estado (como demonstrou Marx),⁷⁵ o Estado teria que ser parte da lógica da acumulação.

Quinto: uma categoria essencial da lógica do capital é dinheiro como uma mercadoria universal. Entretanto, tal mercadoria poderia somente ser criada e aceita como meio de troca universal se uma organização jurídico-política “relativamente autônoma” (o Estado) realizasse tal tarefa. Portanto, a realização histórica do dinheiro é externa a dialética do capital.

O autor considera que o conceito de “autonomia relativa” do Estado capitalista pode ser estabelecido somente se aceitarmos que a lógica da acumulação é separável da realização histórica dessa lógica. Em outras palavras: enquanto a lógica do capital é independente da

74 *Ibid.*

75 Karl Marx, *Capital*, vol. I, capítulo XXVI.

categoria “Estado”, o processo histórico de acumulação capitalista pode somente surgir e sustentar-se com a cooperação ativa do Estado, uma cooperação que precisa ser, desde o começo, relativamente autônoma da própria lógica da acumulação, para que o processo de acumulação primitiva e a criação do meio universal de troca (dinheiro) sejam possíveis, e também para que o Estado possa arcar com o desdobramento das duas contradições gerais acima explicadas. É nosso argumento, portanto, que uma soberania centralizada relativamente autônoma (e um aparelho de Estado centralizado correspondente) é uma condição histórica para o surgimento de uma formação social capitalista, dando assim apoio adicional a nossa proposição que uma formação social capitalista deve coincidir com a delimitação geopolítica identificada como “Estado-Nação”.

A visão do Estado capitalista em Poulantzas está em conflito com a nossa abordagem. Para ele, o Estado capitalista (ou a “instância jurídico-política de uma formação social capitalista”) é caracterizado de uma tal maneira que, já que a cada modo de produção corresponde um nível político e uma forma correspondente de organização estatal ou autoridade jurídico-política, e desde que toda formação social é uma combinação de modos de produção, o Estado de uma formação social é também uma combinação de níveis jurídico-políticos dos modos de produção componentes. Assim, se uma formação social puder ser pensada como uma combinação de um modo capitalista de produção dominante e um modo de produção feudal residual, então seu Estado seria uma combinação de um Estado capitalista “puro” e um Estado “feudal” residual, isomorficamente.⁷⁶ Bridges resume a visão de Poulantzas:

*... as estruturas políticas de uma formação social consistem no poder institucionalizado do Estado. O objetivo esgotador do Estado é ser o fator de coesão de uma formação social, e ser o fator de regulação de seu equilíbrio geral. Já que as relações sociais na sociedade capitalista são caracterizadas pela dominação de classe, as funções do Estado que mantém coesão correspondem aos interesses políticos das classes dominantes.*⁷⁷

A visão do Estado como o lugar de condensação ou coesão da formação social já tinha sido formulada por Engels em *Origens da Família...*:

*A força coesiva da sociedade civilizada é o Estado, que em todos os períodos típicos é exclusivamente o Estado da classe dirigente.. [O Estado é], via de regra, o Estado da classe economicamente dominante mais poderosa, a qual, através do meio do Estado, torna-se também a classe politicamente dominante.*⁷⁸

Assim, para Engels a chamada teoria instrumentalista do Estado é válida para todas as “sociedades civilizadas”, em todos os “períodos típicos”, isto é, onde quer que a classe economicamente dominante seja também a classe dirigente. Exceções à regra ocorrem quando

... as classes em guerra equilibram-se tão bem que o poder do Estado, como mediador ostensivo, adquire no momento um certo grau de independência de ambas. Tal foi a monarquia absolutista [francesa] dos séculos XVII e XVIII, que manteve o balanço entre a nobreza e a classe burguesa; tal foi o bonapartismo do Primeiro e ainda mais do Segundo Império Francês, que jogava o proletariado contra a burguesia e a burguesia contra o proletariado. O mais recente desempenho deste tipo. .. é o novo Império Germânico da nação bismarckiana: aqui capitalistas e operários estão em equilíbrio

76 Poulantzas, *Political Power and Social Classes*, p. 125.

77 Bridges, *op. cit.*, p. 165.

78 Draper, *op. cit.*, p. 410.

*entre si e igualmente enganados em benefício dos decadentes Junkers...*⁷⁹

Neste texto de Engels notamos que “períodos atípicos” podem ser excepcionalmente longos (dois séculos no caso da monarquia absolutista francesa). No caso particular da França, somente algumas décadas entre os séculos XVII e XIX seriam “atípicas”. Ademais, o equilíbrio burguesia-proletariado substituiu historicamente o equilíbrio burguesia-nobreza. É claro que o primeiro equilíbrio não poderia ocorrer sem uma ruptura do segundo equilíbrio a favor da burguesia; em segundo lugar, tal ruptura não foi instantânea nem poderia ter acontecido em algumas décadas, mesmo tomando em conta o período 1789-1799 da Revolução Francesa. A confrontação entre burguesia e aristocracia como membros de um bloco de poder em mudança foi definitivamente ganha pela burguesia no curso da consolidação do capitalismo industrial francês no fim do século XIX.⁸⁰

Finalmente, a confrontação burguesia-proletariado é qualitativamente distinta dos atritos no interior do bloco de poder. Esta confrontação, com formas de manifestação e intensidade variáveis, é uma característica permanente das formações sociais capitalistas e, no mínimo, se um balanço político entre essas duas forças tivesse lugar, tal evento corresponderia a uma situação de crise em uma situação de outro modo típica sob o capitalismo.

É conceitualmente importante notar aqui que Engels (e também Marx) não apresenta uma mesma visão do bonapartismo (apesar da afirmação de Laclau e Poulantzas que Marx e Engels mantiveram a mesma interpretação do fenômeno em seus escritos), e lembrar que a ideia de “autonomia relativa” foi proposta inicialmente por Marx e Engels como uma ferramenta conceitual para explicar um Estado que não correspondia ao modelo instrumentalista simplista do Manifesto (1847-1848). A primeira interpretação de Engels está contida em uma carta de Engels a Marx com data 13 de abril de 1866, onde ele se refere ao bonapartismo como “forma normal” de dominação política na sociedade capitalista (esta carta é citada por Poulantzas em sua discussão do bonapartismo como forma de dominação política tipicamente burguesa⁸¹).

A segunda interpretação, em clara contradição com a primeira, aparece seis anos depois, em *A Questão da Habitação* (1872-1873), em que bonapartismo já não é mais visto como “forma normal” de controle político sob a dominação econômica da burguesia, mas como uma conjuntura “atípica” na qual o equilíbrio político entre burguesia e proletariado está presente. Enquanto há base de sobra para que Engels caracterize o regime bismarckiano do fim do século XIX como uma forma de bonapartismo, o resultado é que ele abandona sua tentativa inicial de estender a receita. bonapartista que explica momentos históricos na França e Alemanha a qualquer sociedade sob a dominação da burguesia, e bonapartismo acaba emergindo como uma forma “não típica” de dominação política.

Já temos material suficiente para aceitar a crítica de Miliband⁸² em relação à confusa análise do bonapartismo que Poulantzas elabora.⁸³ É claro que não há teoria sistemática desta forma particular de dominação política em Marx e Engels. Ainda mais, é correto afirmar que Marx e Engels não apresentaram sistematicamente o bonapartismo como a

79 *Ibid.*

80 Carlos A. Afonso, “A Discussion on the Decline of Feudalism and the Emergence of 'Centralized Sovereignty' with Especial Reference to the French Revolution” (Toronto: Universidade de York, 1977, mimeo).

81 Poulantzas, *Political Power and Social Classes*, p. 258-262.

82 Ralph Miliband, “Poulantzas and the Capitalist State”, *New Left Review*, n. 82, p. 90-91.

83 Poulantzas reformulou um pouco esta posição em seu artigo “The Capitalist State: a Reply to Miliband and Laclau”, *New Left Review*, n. 95.

forma de dominação política correspondente ao modo de produção capitalista. Se isto fosse assim, estaria em contradição com nosso argumento que não há elo teórico necessário entre um modo de produção e uma forma específica de Estado, e que o elo pode somente ser estabelecido em relação a uma formação social por uma análise histórica.

O conceito de autonomia relativa teria que ser estendido à análise das relações entre as distintas esferas institucionais do aparelho de Estado. Isto porque, ademais do problema de separar o Estado do resto da sociedade (do conjunto das atividades produtivas, ou do campo da acumulação privada, ou ainda do campo das confrontações entre organizações de classe), o aparelho de Estado não é um bloco monolítico que mostre uniformidade vertical em relação à sua relação com a formação social. Se não se desenvolve esta extensão do conceito de autonomia relativa, o poder explicativo da teoria será sem dúvida enfraquecido, como Bamat demonstrou no seu estudo de caso do Brasil.⁸⁴ É óbvio que uma tal análise não pode seguir um modelo geral de aparelhos de Estado sob o capitalismo.

Nosso argumento continua sendo que uma teoria geral do Estado capitalista, se existe, é uma teoria essencialmente derivada da análise histórica e jamais poderá ser usada mecanicamente ou isomorficamente para a análise do problema do Estado em uma formação social capitalista específica. O Estado em cada formação social capitalista pode somente ser explicado por um estudo detalhado do processo de desenvolvimento de formas de Estado em tal formação social, um estudo que teria quase certamente que começar por uma identificação detalhada da maneira em que funções essenciais do Estado para a realização do capital têm lugar naquela formação social, se pretende seguir o método do materialismo histórico como foi exposto acima. Como explica Bridges,

*... a importância de entender a situação atual (ou qualquer situação particular) deveria levar aqueles que querem entendê-la a rejeitar a construção de modelos pan-históricos do modo capitalista de produção. Se Poulantzas constrói tal modelo, é porque ele rejeita a noção que a história é um “simples processo linear de vir-a-ser”, interpretado por uma classe-sujeito”. A história não é, entretanto, tampouco o “efeito” de uma troika de estruturas sobre agentes quase-autômatos “suportando” seus papéis na formação social. Estas formulações testemunham as dificuldades de construir uma teoria social que não seja nem completamente determinista, nem otimisticamente voluntarista (mesmo coletivamente)... É provavelmente o caso que nenhuma generalização crítica possa articular melhor que esta a tensão entre uma estrutura social e a resposta de seus participantes: que os povos fazem sua própria história, mas não como eles a escolhem.*⁸⁵

84 Thomas Bamat, “Relative Autonomy and Capitalism in Brazil and Peru”, *The Insurgent Sociologist*, vol. VII, p. 74.

85 Bridges, *op. cit.*, p. 188-189.

V

Propostas relativas ao capitalismo contemporâneo

Os esforços explicativos do surgimento e do papel do Estado capitalista são encontrados tanto na literatura implicitamente referente ao problema (por exemplo, como parte de uma teoria da estrutura empresarial capitalista), como nos trabalhos que se dedicam explicitamente a formulação teórica do Estado. Atualmente, há importantes vertentes na literatura que devem ser consideradas. Uma delas engloba os trabalhos de tipo mais ou menos descritivo (Galbraith, Vernon, R. Barnet etc) – que não deixam de incluir contribuições teóricas importantes. Outra vertente inclui as obras que expõem sistemas teóricos (frequentemente, modelos que procuram relacionar o Estado com a dinâmica econômica). Entre estas últimas estão, por exemplo, as análises baseadas na “lógica do capital”, os modelos dinâmicos macroeconômicos da escola pós-Keynesiana (com tempero mais ou menos materialista histórico etc).

É comum encontrar abordagens descritivas que começam descrevendo a organização das formações sociais capitalistas avançadas com base em dados estatísticos oficiais. Assim, iniciam por um relato empírico das formas organizacionais do modo capitalista de produção, em uma abordagem que não leva em conta o caráter de classe das formações sociais. Galbraith, por exemplo, substitui a burguesia transnacionalizada pela “tecnoestrutura”, composta de

*executivos, advogados, cientistas, engenheiros, economistas, auditores, homens de mercadologia e de propaganda. Tem aliados e satélites nos escritórios de advocacia, agências de publicidade, firmas de consultoria de negócios, escolas de administração e de engenharia, e outros lugares na universidade.*⁸⁶

A tecnoestrutura controla o chamado “sistema de planejamento” (composto pelo complexo das grandes corporações, enquanto o “sistema de mercado” é constituído pelas empresas menores), gerenciando (sem possuir) os meios de produção e controlando o Estado, que se torna uma espécie de “comitê executivo da tecnoestrutura”.⁸⁷ Neste processo, o “objetivo de crescimento, a expansão da produção e vendas, de onde resulta a ‘aglomeração’”,⁸⁸ substitui o objetivo mais elementar de maximização do lucro. Este impulso de crescer também explica o imperialismo, que se torna praticamente sinônimo da tecnoestrutura em expansão.⁸⁹

Assim, o complexo de empresas transnacionais não somente controla o Estado mas também impõe a este novos papéis, entre eles o de harmonizador de interesses entre os setores nacionais e transnacionalizados da burguesia – normalmente em detrimento dos primeiros.

Se pudéssemos trocar “tecnoestrutura” por “burguesia transnacionalizada”, teríamos que concordar com uma parte substancial das conclusões de Galbraith sobre o Estado capitalista moderno; afinal, o extrato hegemônico das classes dominantes do sistema capitalista transnacional tem assumido mais e mais o controle das políticas governamentais das formações capitalistas mais e menos desenvolvidas. No entanto, esta mudança não seria apenas terminológica: implicaria em reescrever inteiramente a interpretação de Galbraith e

86 John Kenneth Galbraith, *Economics and the Public Purpose* (Boston, 1973), p. 43.

87 *Ibid.*, p. 172.

88 *Ibid.*, p. 103.

89 *Ibid.*, p. 175.

abandonar sua solução ética-liberal de “emancipação da Crença”.⁹⁰

Entre os proponentes de modelos gerais de explicação do capitalismo contemporâneo e o papel do Estado, encontramos um espectro amplo de teorias (com as correspondentes variações nas premissas político-ideológicas), desde o modelo do ciclo-produto de Vernon,⁹¹ passando pelas inúmeras formulações da teoria da dependência, até propostas abrangentes como a teoria da competência comunicativa de Habermas.⁹² Com exceção deste último, estas análises são essencialmente derivadas de um modelo econômico, e seus autores acabam acreditando que suas teorias estão tão próximas da realidade que podem ser usadas como teoria-padrão ou paradigma revelador das formações sociais capitalistas. O modelo de Vernon é até capaz de mutações: ele propõe uma explanação para a expansão dos conglomerados dos E.U.A. até o final da década de 1960 e, como se as condições de expansão pudessem mudar magicamente em 1970, outra explanação para os anos 70.⁹³ É um tipo de teoria de sistema em que um subsistema pode ser ativado ou desativado de acordo com a conveniência do pesquisador.

Quanto as teorias da dependência, embora existam muitas variantes atualmente propostas por liberais “progressistas”, elas continuam sendo a base da maioria das teorias materialistas históricas do presente estágio do modo capitalista de produção. De Samir Amin e Arghiri Emmanuel a Paul Sweezy, Miliband, Poulantzas e Mandel, o papel e lugar do Estado no capitalismo contemporâneo acaba sendo derivado de uma teoria da dependência.⁹⁴

Nos trabalhos clássicos de Amin e Emmanuel,⁹⁵ surge uma chamada “contradição básica” do atual estágio de desenvolvimento capitalista a escala mundial: a contradição entre “centro” (países capitalistas avançados) e “periferia” (todos os outros países onde o modo de produção dominante é capitalista). Enquanto esta maneira de certo modo geográfica de ver o sistema capitalista mostra um contraste na relação entre as formações sociais, é frequente ver análises que acabam colocando a diferença centro-periferia como tão ou mais importante que a relação capital-trabalho. Assim, não é surpresa que a terminologia originariamente marxista da dependência passe hoje a fazer parte do vocabulário de liberais “progressistas”, incluindo Vernon e Galbraith.

Um dos resultados de muitas das formulações materialistas históricas da teoria da dependência é que o Estado é relegado a um papel secundário ou irrelevante. Ainda mais, a dicotomia centro-periferia não somente estabelece relações abstratas funcionais entre formações sociais, como acaba sendo estendida a todas as relações, surgindo assim os conceitos de burguesia central e periférica, Estado central e periférico etc. Como consequência, nacionalismo ou “antiimperialismo” em várias propostas acabam assumindo de modo absoluto papel mais importante que o anticapitalismo como paradigma estratégico na luta política.

Nesse quadro de dificuldades teóricas, em que ficamos? Como já vimos, é inviável estabelecer uma teoria geral do Estado capitalista cuja lógica interna poderia explicar a

90 *Ibid.*, p. 227.

91 Raymond Vernon, *Sovereignty at Bay* (Nova York, 1971).

92 Jurgen Habermas, *Legitimation Crisis* (Londres, 1976).

93 Vernon, *op. cit.*, p. 107.

94 Há muitas variações entre as proposições teóricas dos “dependentistas” que em muitos casos pode levar a uma diferenciação significativa na base teórica dos argumentos. Daí a referência a teorias da dependência, em vez de “a teoria da dependência”.

95 Samir Amin, *Le Developpement Inégal* (Paris, 1973). Arghiri Emmanuel, *Unequal Exchange* (Nova York, 1972).

dinâmica (e até fazer projeções) do envolvimento do Estado. Vimos também que uma teoria geral do modo de produção capitalista pode ser formulada, tendo uma lógica interna que seria inerente a qualquer manifestação do mesmo. A evidência seminal que isto é possível está, obviamente, no primeiro volume do *O Capital*.

Encontramos, no entanto, análises que apresentam soluções extremas. Uma resposta extrema seria que, já que o Estado é lógica e historicamente anterior ao capitalismo, já que o Estado é “uma instituição estranha ao capitalismo”,⁹⁶ não há lugar para ele na lógica do capital. O extremo oposto é assumir que as características comuns a todos os Estados de formações capitalistas são irrelevantes para a explicação do envolvimento do Estado em uma dada formação social – neste caso, a cada formação social corresponderia uma teoria de seu Estado. É claro que a maioria das propostas teóricas posicionam-se entre estes dois extremos. Destas, as mais articuladas análises rejeitam uma teoria abrangente e a-histórica. Tom Nairn, por exemplo, afirma que “o tema central” da explanação do desenvolvimento do Estado britânico “é o caráter histórico do próprio Estado britânico”.⁹⁷

*A análise crítica da forma Estado tem sido retardada por dois fatores interrelacionados. O relato conservador que tem sempre insistido na unicidade do sistema é na realidade uma mitologia, e tem sido uma arma ideológica importante do próprio Estado. Mas rejeições críticas dessas mistificações, sobretudo por marxistas, tem normalmente revertido em completa abstração. Assim, um piedoso culto burguês da excelência e prioridade britânicas tem sido confrontado pela insistência que há “na realidade” nada especial sobre o Estado britânico: como todos os outros, ele representa a dominação da classe capitalista.*⁹⁸

O fato de o Estado britânico ter sido historicamente o primeiro Estado capitalista (representando “a dominação da primeira classe capitalista nacional que se emancipou do mercantilismo da cidade ou cidade-estado e criou a base da industrialização”)⁹⁹ é que caracteriza a “unicidade” de seu sistema político; sua explanação não pode ser estendida mecanicamente aos processos subsequentes na França, E.U.A., Alemanha etc. Mesmo a inferência que fazem vários autores marxistas, que o Estado capitalista seria o resultado “automático” de uma revolução nacional-burguesa, é descartado por Nairn ao comparar os exemplos históricos da Inglaterra e da Holanda.¹⁰⁰

No entanto, a especificidade na análise não pode descartar um ponto de partida fundamental e comum a todas as formações sociais capitalistas: a hegemonia do modo capitalista de produção e a divisão básica de classe correspondente precedem logicamente o Estado capitalista. Assim, o próprio Nairn sugere basicamente quatro características que seriam pontos de partida comuns a todos os Estados capitalistas. Estas características não esgotam o universo de possíveis componentes de uma teoria geral, mas são pelo menos solidamente baseadas na evidência histórica.

Primeira: é sempre possível estabelecer uma linha de separação entre o Estado e a sociedade civil (a base teórica desta separação, mostra Nairn, vem de Rousseau e, como afirma Colletti,¹⁰¹ é usada com poucas modificações por Hegel, Marx e Lenin). Nairn afirma até que, no caso do Estado britânico, “a sociedade civil retinha uma dominância incomum

96 Thomas Sekine, “Uno's Dialectic of Capital – an Essay...”, p. 36.

97 Tom Nairn, “The Twilight of the British State”, *New Left Review*, n. 101-102, p. 5.

98 *Ibid.*, p. 6.

99 *Ibid.*

100 *Ibid.*, p. 7.

101 Colletti, *From Rousseau to Lenin*, p. 185.

sobre o Estado” e que esta é uma das “características atípicas” fundamentais que distinguem o Estado britânico. Como veremos, isto é radicalmente diferente das formulações de Poulantzas. No entanto, Nairn mostra que a proposta de Marx segundo a qual “não foi a ideia do Estado que constituiu a sociedade civil; em vez disso, foi a nova natureza real da sociedade civil – sociedade moderna ou burguesa – a responsável pelo Estado”, coloca uma “dualidade” entre a “anarquia material, competitiva da sociedade de classe média” e uma “ordem estatal política abstrata: o novo Estado liberal ou constitucional”, que não pode ser generalizado.¹⁰²

Segunda: o surgimento de todo Estado capitalista é estreitamente ligado a importantes funções econômicas nacionais e/ou internacionais que a classe hegemônica pretende atribuir ao Estado.

Terceira: nas palavras de Nairn,

*O processo mais comum da formação dos Estados modernos foi que as classes médias, seja em uma revolução social ou em um movimento nacionalista, buscaram a ajuda do povo em seu esforço para livrar-se da carga da “sociedade tradicional” (absolutismo, feudalismo ou a opressão importada dos regimes coloniais).*¹⁰³

Quarta: o papel da *intelligentsia* como o “equivalente civil da autoridade dirigida do Estado”, um “poder abrangente capaz de atuar sobre toda a sociedade civil”.¹⁰⁴

A dificuldade de generalizar explicações é comentada também por Hamza Alavi para o caso do que ele identifica como formações sociais capitalistas pós-coloniais (o termo já implica uma generalização perigosa), embora sua discussão se concentre nos casos de Bangladesh e Paquistão:

*[Esta] especificidade histórica. .. surge de mudanças estruturais trazidas pela experiência colonial e o alinhamento de classes e pelas superestruturas das instituições políticas e administrativas que foram estabelecidas naquele contexto e, em segundo lugar, de realinhamentos radicais de forças de classe que têm surgido na situação pós-colonial.*¹⁰⁵

Vejamos, agora, como se coloca a complexa proposta de Poulantzas. Um dos problemas imediatos é sua insistência em introduzir neologismos sem defini-los claramente no texto. Em alguns casos, esses novos termos acabam sendo definidos implicitamente no decorrer da leitura, mas expressões como “ator de coesão”, “efeito de isolação”, “matriz [de uma formação social]”, e até seu conceito de “autonomia específica” e do Estado como “condensador” das contradições da formação social ficam sem explicação clara em seus textos.

Tomemos, por exemplo, a noção de “matriz”. Na falta de definição explícita, “matriz” é um conceito matemático (uma representação de um conjunto de funções implícitas ou vetores multidimensionais). Tudo indica que Poulantzas utiliza isomorficamente este conceito matemático, revelando um vício fortemente estruturalista-funcionalista em sua metodologia. Para ele, qualquer formação social pode ser representada por uma matriz (de relações funcionais); uma das funções implícitas da matriz é o Estado. Em suas palavras, o

102 Nairn, *op. cit.*, p. 13.

103 *Ibid.*, p. 17.

104 *Ibid.*, p. 19-22.

105 Hamza Alavi, “The State in Post-Colonial Societies – Pakistan and Bangladesh”. *New Left Review*, n. 74, p. 59-81.

Estado capitalista e “uma instância regional do modo capitalista de produção”,¹⁰⁶ separado estruturalmente das “instâncias socioeconômicas” deste.

Pode até ser aceitável empregar modelos matemáticos para ajudar a explicar o Estado moderno, desde que a transposição siga certas regras de consistência — de outro modo, o isomorfismo perde significado. No caso da análise matricial, uma matriz só está definida quando todas as funções que compõem seus elementos estão completamente definidas. Ou seja, dizer que a formação social é uma matriz e que o Estado é um dos elementos dessa matriz e dizer nada a menos que este e todos os outros elementos da matriz sejam conhecidos como tal e nas suas inter-relações que justificam a própria matriz. No entanto, em todo o trabalho de Poulantzas, essa representação matricial fica sem definição, abalando fundamentalmente toda a base teórica de seu trabalho.

No entanto, o que realmente está na base da teoria política de Poulantzas é sua interpretação da maneira em que uma separação entre o aspecto econômico e o político pode ser estabelecida nas formações capitalistas. Como ele diz,

*para chegar ao coração do problema: as estruturas políticas (que são chamadas “superestrutura política”) de um modo de produção e de uma formação social consistem no poder institucionalizado do Estado.*¹⁰⁷

Ele então formula seu conceito de “autonomia específica” do Estado capitalista em relação às relações de produção, derivando-a da distinção feita por Lenin entre a luta política e econômica. O Estado se torna-se uma superestrutura política que “tem a função particular de constituir o fator de coesão entre os níveis [ou as funções da matriz – C.A.] de uma formação social... e como fator regulador de seu equilíbrio global como um sistema”.¹⁰⁸ Por outro lado, o “equilíbrio” do sistema “nunca é dado pelo sistema como tal, mas é mantido pelo Estado”.¹⁰⁹

Aqui podemos perguntar: mantido como? Por que meios? Um dos “mecanismos” fundamentais para manter o equilíbrio do sistema é precisamente a utilização, pela classe hegemônica, do Estado como um “regulador” econômico. Técnicos capitalistas desde Keynes continuam desenvolvendo e aplicando técnicas de regulação cada vez mais sofisticadas através do aparelho estatal, e atuando no nível econômico (através do controle das taxas de juros, meio circulante, taxa de câmbio, volume de despesas governamentais etc) podem corrigir “distorções” sem ter que recorrer a medidas estritamente políticas. Se não fosse assim, como explicar, por exemplo, que o declínio relativo de salários reais ou seu crescimento a uma taxa menor que a taxa de produtividade está ocorrendo em todas as formações sociais capitalistas apesar das disparidades entre os vários regimes políticos nos seus respectivos Estados? Este é um dos meios fundamentais (em termos setoriais) de diminuir a velocidade de queda da taxa de lucro. Às medidas econômicas, como por exemplo aumentos de preços depois de aumentos de salários, correspondem ações políticas por parte da classe no poder para contrabalançar os choques consequentes na luta de classes. Estas ações e reações políticas são consequência do caminho histórico percorrido pela formação social até sua situação atual, não podendo portanto ser simplesmente derivadas de uma teoria abstrata geral do poder estatal. É assim inevitável que, se o Estado capitalista representa “um fator de coesão entre os níveis de uma formação social”, isto necessariamente tem que ser verdadeiro também no aspecto econômico (ou no campo das

106 Poulantzas, *Political Power and Social Classes*, p. 127.

107 *Ibid.*, p. 42.

108 *Ibid.*, p. 45.

109 *Ibid.*

relações de produção).

Seguindo o mesmo argumento, Poulantzas insiste que “na problemática científica marxista, a famosa existência real de 'sujeitos individuais', que é em última instância a base da problemática da 'sociedade civil' e sua separação do Estado, não pode ser aceita”,¹¹⁰ e propõe que a díade Estado — relações de produção substitua a separação marxista clássica Estado — sociedade civil. Sua justificação é inteiramente baseada na “autonomia específica do político [o Estado] e o econômico [as relações de produção] no modo de produção capitalista”.¹¹¹ Perry Anderson mostra que as formulações de Gramsci sobre a relação Estado-sociedade civil continua válida. A importância do trabalho de Anderson está em que não somente fica claro que Gramsci colocou o problema daquela relação como uma função da conjuntura particular a ser analisada, mas também que muitos dos marxistas de hoje simplesmente isolam uma das formulações específicas a uma determinada conjuntura e a apresentam como a formulação correta do problema. Adicionalmente, Anderson compara corretamente o conceito de hegemonia em Gramsci ao uso do termo de Plekhanov a Poulantzas e Mandel, situando assim o problema da relação Estado-sociedade civil:

*Será sem dúvida necessário formar um novo e inequívoco conceito no futuro, dentro de uma teoria científica desenvolvida da articulação total das formações sociais capitalistas. Mas, até que isto esteja disponível, o termo sociedade civil permanece um conceito prático-indicativo necessário, para designar todas aquelas instituições e mecanismos fora dos limites do próprio sistema estatal. Em outras palavras, sua função é estabelecer uma linha de demarcação indispensável dentro das superestruturas político-ideológicas do capitalismo.*¹¹²

Um dos problemas que parece estar sistematicamente presente no trabalho de Poulantzas é uma certa confusão entre categorias objetivas e subjetivas. Por exemplo, ele deduz que só elementos objetivos são relevantes no “processo de constituir” os elementos de um modo de produção, quando diz que “uma vez obtidos esses elementos, a mesma estrutura sempre resulta de sua combinação”.¹¹³ isto não só significa um descaso completo em relação aos fatores subjetivos na constituição de uma formação social, mas também que todas as formações sociais do modo de produção capitalista vêm a ter essencialmente a mesma estrutura.

Como já comentamos, a “mesma estrutura” que “sempre resulta” da “combinação” de todos os elementos de um modo de produção é chamada por Poulantzas de “matriz”. Ora, combinação é uma operação matemática em análise matricial; uma transcrição isomórfica requer a completa definição do conceito.

Outra expressão que envolve uma interpretação difícil é o que Poulantzas chama de “efeito de isolamento”.¹¹⁴ Este termo é frequentemente usado por ele para explicar a luta econômica em separado da luta política. Para começar, há um grave erro em seu argumento quando, ao discutir a luta econômica “isolada”, “individual”, ele afirma que a “competição está longe de designar a estrutura das relações capitalistas de produção”.¹¹⁵ Na verdade, a explicação dialética do modo capitalista de produção torna impossível revelar o desenvolvimento lógico das relações capitalistas de produção sem competição. Se a estrutura do modo

110 *Ibid.*, p. 127.

111 *Ibid.*

112 Perry Anderson, “The Antinomies of Antonio Gramsci”, *New Left Review*, n. 100, p. 35.

113 Poulantzas, *Political Power and Social Classes*, p. 125.

114 *Ibid.*, p. 135.

115 *Ibid.*, p. 130-131.

capitalista de produção tem que ser conhecida, a competição é uma das categorias básicas para apoiar o argumento lógico. A competição entre capitalistas é inerente à explanação dialética do capital. Se os trabalhadores “competem” com os capitalistas por uma fatia maior do trabalho total incorporado a mercadoria, não há nada “puramente ideológico” nisto: é simplesmente o desejo do assalariado de melhorar suas condições de vida. A *qualidade* deste desejo não é “puramente jurídica” ou ideológica, apesar de que as demandas concretas (específicas) da classe trabalhadora são obviamente passíveis de serem influenciadas por elementos jurídicos, ideológicos e políticos. Assim, a competição está objetivamente presente no capitalismo, seja nas relações intercapitalistas ou entre capitalistas e trabalhadores; é portanto parte da lógica interna do capital. Se a competição contribui para esconder “dos agentes da produção suas relações de classe em sua luta econômica”,¹¹⁶ isto não é razão para extirpá-la da explanação do modo capitalista de produção.

A luta econômica está objetivamente presente nas sociedades capitalistas; seus resultados podem beneficiar a classe trabalhadora ou a classe capitalista. Ao contrário do que diz Poulantzas, os interesses de classe não são defendidos somente na esfera política. Seu modo de apresentar a separação entre luta econômica e política fundamenta sua proposta de substituir a díade Estado-sociedade civil por Estado-luta econômica. Esta separação entre luta econômica e política pode ser somente percebida ao nível da consciência (aqui aparece outra vez o problema do objetivo X subjetivo em Poulantzas), e como tal foi entendida por Marx, Lenin e Gramsci. Objetivamente, a separação é impossível porque, se a luta política é levada a efeito entre classes, estas classes são estabelecidas como tais pela contradição econômica fundamental historicamente estabelecida pelo capitalismo industrial. Assim o econômico se torna político e o político se torna econômico – a síntese é a *luta de classes*. Subjetivamente, as ações políticas da classe operária são uma função *de seu nível de consciência ou grau de consciência*.¹¹⁷ Consciência de classe não pode ser claramente distinguida de auto-interesse (“auto” aqui não se refere ao indivíduo, mas à sua classe;¹¹⁸ assim, a ligação entre ações políticas e sua motivação econômica surge imediatamente.

É verdade que, em termos gerais, as políticas do Estado através das quais ele exerce sua função reguladora pode não acompanhar o ritmo do processo de desenvolvimento capitalista, mas isto também precisa ser historicamente qualificado: modelos de regulação keynesianos começaram a ser empregados pelos Estados avançados quando o modo de produção capitalista no interior de suas fronteiras estava operando longe do mais eclético modelo de competição perfeita. Presentemente, como mostra Ronald Muller, enquanto o atual processo de conglomeração transnacionalizada (planejamento da produção e distribuição em escala mundial nas mãos de não mais que mil conglomerados oligopolizados transnacionais) realmente começou a ditar as regras do jogo logo depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados capitalistas ainda não têm substitutos alternativos eficientes para seus modelos de regulação neoclássicos limitados às fronteiras nacionais. Importantes aspectos têm que ser levados em conta na formulação desta nova política estatal:

Primeiro, a economia [dos E.U.A.] tem conseguido níveis sem precedentes e novas formas de interdependência global. Segundo, suas principais instituições de produção e

116 *Ibid.*, p. 131.

117 O conceito de grau de consciência é desenvolvido por John Saville, “Class Struggles and the Industrial Revolution”, *The Socialist Register*, 1974, p. 229.

118 E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class* (Londres, 1975), p. 212.

*finanças — respondendo por mais de 70% da atividade privada total — são conglomerados não somente multinacionais, mas também multi-industriais que, dado seu tamanho e o fato que são poucos, têm que operar como oligopóli—os se é para haver qualquer possibilidade de suas operações. Em resumo, cerca de três quartos de nosso setor privado se tornou uma economia pós-mercado, globalmente interdependente, de cerca de 800 conglomerados multinacionais.*¹¹⁹

Entre outras coisas, o que Muller coloca em questão é o próprio conceito de imperialismo no que se refere à sua utilidade para ajudar a explicar o presente estágio do desenvolvimento capitalista. Ao classificar os principais teóricos contemporâneos do imperialismo em basicamente três modelos explanatórios — um que vê como “a única linha divisória no interior da cadeia imperialista como aquela entre metrópoles e formações dominadas”, outro que não percebe “qualquer mudança estrutural nas relações mútuas das metrópoles imperialistas”, e um terceiro que inclui a ideia de uma “modificação do modo capitalista de produção em ‘capitalismo monopolista de Estado’, vista como justaposta e simplesmente adicionada”,¹²⁰ Poulantzas propõe uma “abordagem alternativa” que continua confinada à relação entre formações sociais e quase não leva em conta a questão importante do surgimento de uma burguesia transnacional hegemônica.

O fato é que a “predominância... da exportação de capital sobre a exportação de mercadorias”, a intensificação da tendência para a queda da taxa de lucro, e a emergência de um novo papel para o Estado nacional (que não é simplesmente “do econômico ao político”)¹²¹ não explicam por si a maneira em que a burguesia transnacional hegemônica exerce sua hegemonia e como se dá a associação do Estado com esta burguesia, ou a associação da “bourgeoisie interieure” (que, de acordo com Poulantzas, não é mais “uma verdadeira burguesia nacional”)¹²² e (ou através de) o Estado nacional com a burguesia transnacional.

Tampouco ajuda muito a ideia de “dependência” (como já comentado), porque esta noção parte do princípio que os Estados nacionais podem ser vistos de acordo com uma hierarquia de poder em que suas políticas são função primordialmente de sua vulnerabilidade a Estados nacionais “mais fortes”, assim excluindo conceitualmente o papel hegemônico de uma burguesia transnacionalizada.

Temos que notar ainda que Poulantzas deixa de lado quase completamente a discussão concreta do funcionamento interno do Estado capitalista (mas isto é uma consequência lógica das limitações de sua teoria geral). No entanto, análises importantes do tema têm sido apresentadas por outros cientistas, como James O'Connor,¹²³ J. C. Delaunay¹²⁴ e outros.

Finalmente, na raiz da interpretação de Poulantzas do “atual estágio do imperialismo” está a premissa errada de que a crescente mobilidade do capital e imobilidade do trabalho agem em última análise a favor das formações sociais avançadas. Como veremos a seguir, o

119 Ronald E. Muller, “National Growth and Stabilization Policy in the Age of the Multinational Corporations: the Challenge of Our Post-Market Economy”, em *U.S. Economic Growth from 1976 to 1986: Prospects, Problems and Patterns*, vol. 12, Joint Economic Committee, Congresso dos Estados Unidos, 23 de maio de 1977. p. 36—37.

120 Poulantzas, *Classes in Contemporary Capitalism*, p. 39-40.

121 *Ibid.*, p. 42.

122 Poulantzas “Les transformations actuelles de l’État, la crise politique et la crise de l’État”, em Poulantzas (org.), *La crise de l’État* (Paris, 1976), p. 51.

123 Carlos A. Afonso e Herbert Souza, *O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil: a Crise Fiscal* (Rio: Paz e Terra, 1977).

124 J. C. Delaunay, *Étude marxista sur la comptabilité nationale* (Paris, 1971).

assunto é muito mais complexo que o resultado do movimento global de duas variáveis econômicas, e nos leva à discussão do processo de transnacionalização capitalista.

O aparecimento de operações transnacionais do capital no fim do século XIX coincide com o começo da exportação de capital (e não somente mercadorias) para áreas menos desenvolvidas do mundo. inicialmente, capital como tal era enviado a regiões subdesenvolvidas para implantar a exploração e extração de capital circulante constante (matérias-primas, bens agrícolas primários). Depois da Segunda Guerra Mundial (e especialmente a partir da década de 50] ocorreu uma mudança fundamental na qualidade dessas exportações de capital. Em vez de ser utilizado somente na extração de matérias-primas e bens agrícolas primários, o capital era exportado para a exploração da mão-de-obra industrial das regiões subdesenvolvidas.

Poulantzas indica que “isto é especialmente importante no caso do capitalismo americano”.¹²⁵ No entanto, há pouca dúvida que a exportação de capital depois da década de 50 de todos os países capitalistas mais desenvolvidos tem sido em proporções crescentes para instalar e ampliar sistemas industriais em nações subdesenvolvidas. Há muitas razões para esta mudança no tipo de investimento transnacional e porque esta mudança começou depois da Segunda Guerra Mundial. Destacamos as seguintes:

O crescente diferencial de custo da força de trabalho: a principal razão objetiva para crescimentos reais de salário nos países capitalistas avançados depois da Segunda Guerra Mundial tem sido a dispersão de técnicas industriais avançadas a praticamente todas as atividades econômicas. Como revela Celso Furtado, em sociedades capitalistas avançadas,

*a redução de curto prazo nos salários reais motivada por aumentos de preços causa reações que levam a aumentos compensatórios em salários monetários a médio prazo. Em um sistema em expansão (como foi o caso das duas décadas seguintes à Segunda Guerra – C.A.), entre o momento que os salários começam a cair e o momento que os salários monetários começam a subir, um aumento de produtividade ocorrerá para compensar esta queda...*¹²⁶

Este não é o caso de países subdesenvolvidos, porque nessas formações só atividades controladas do exterior teriam a possibilidade de introduzir inovações poupadoras de mão-de-obra que permitissem um aumento real de salário, mas não há essa tendência porque as formações subdesenvolvidas são economias de excesso de mão-de-obra disponível.

Aumento relativo da renda das classes mais altas nas regiões subdesenvolvidas: uma generalização que pode ser feita para as camadas médias dos países subdesenvolvidos é que um crescimento e homogeneização do poder de compra das classes médias acompanhado de uma estagnação e até diminuição dos salários reais do operariado teve lugar depois da Segunda Guerra. O aumento do poder de compra da classe média abriu e expandiu mercados internos para bens de consumo duráveis e outros, cuja produção tem sido um dos alvos principais do investimento industrial transnacional direto nesses países.

Exploração de defasagens tecnológicas: como os avanços tecnológicos não podem ser introduzidos simultaneamente em todos os pontos da economia, tecnologias vencidas (isto é, aquelas para as quais a taxa de crescimento da produtividade por homem-hora é zero ou negativa, ou, na terminologia neoclássica, tecnologias cuja produtividade marginal atingiu o ponto onde a produtividade média começa a decrescer) podem ser simplesmente

125 Carlos A. Afonso, “Internationalization of Capital and Productivity Boundaries in Advanced Capitalism” (Toronto: Universidade de York, 1977, mimeo).

126 Celso Furtado, “Post-National Capitalism”, *LARU Studies*, vol. II, n. 2.

transferidas para indústrias ou áreas onde é possível obter aumento da produtividade com o emprego dessas técnicas. Quando o estado-da-arte tecnológico se espalha por todos os pontos fundamentais do sistema produtivo nos países avançados, intensifica-se a transferência de tecnologias vencidas às áreas menos desenvolvidas, desviando assim investimentos que originalmente seriam feitos nos países avançados.

Otimização dos rendimentos sobre o capital circulante: são capital circulante não somente matérias-primas, mas insumos como energia, por exemplo. Se uma empresa pode processar suas matérias-primas tão próximo da fonte destas quanto possível, ela pode tanto evitar intermediários como eliminar certas taxas e reduzir custos de transporte. Se as condições no país subdesenvolvido são tais que a redução nos custos do capital circulante mais a economia de custos de mão-de-obra puder mais que compensar os custos de transporte para o mercado mundial e/ou prometer uma taxa de lucro mais alta no mercado da formação subdesenvolvida, o capital industrial transnacional escolherá o país-fonte da matéria-prima para investimento direto.

Se um ou mais dos fatores acima são exacerbados por certas condições históricas, pode dar-se o caso que o país avançado exporte não somente capital em excesso, mas também capital que, em um ou mais setores industriais, precisa ser investido nesse país e nesses setores para manter os níveis atuais de emprego ou produtividade. Por exemplo, se a produtividade cresce menos que a inflação, os lucros caem. As saídas são mover o capital em excesso para áreas ou indústrias onde os salários cresçam menos que a produtividade (ou mesmo menos que a inflação) e/ou aumentar o desemprego nos países avançados. Este já é o caso da transnacionalização da produção da indústria automobilística americana, onde vários modelos utilizam, por exemplo, motores asiáticos, componentes produzidos em países como Brasil, México ou China etc.

Em síntese, a transnacionalização da produção e dos serviços e os consequentes rearranjos na estrutura de poder político a nível mundial tornam difícil validar teorias que se baseiem em formas da dicotomia centro-periferia — como são as teorias da dependência e do imperialismo.

VI

Marx e o Estado: *Lutas de Classe na França e o Décimo Oitavo Brumário*

O ponto de partida de Marx para se chegar à metodologia marxiana de análise do Estado é sua complexa crítica à filosofia do direito de Hegel. Aqui Marx isola a principal dificuldade da abordagem de Hegel:

*A transição da família e da sociedade civil para o Estado político é, portanto, esta: a mente dessas esferas, que é implicitamente a mente do Estado, agora também se comporta como tal para si mesma e é real para si tal como o núcleo central [dessas esferas]. A transição é assim derivada, não da natureza particular da família etc, e da natureza particular do Estado, mas da relação geral entre a necessidade e a liberdade. É exatamente a mesma transição tal como é efetuada na lógica, da esfera da essência à esfera do conceito. A mesma transição é feita na filosofia da natureza, da natureza inorgânica à vida. São sempre as mesmas categorias que fornecem a alma, seja para esta, seja para aquela esfera. Trata-se somente de localizar para os atributos concretos separados os correspondentes atributos abstratos.*¹²⁷

Assim, para Hegel a essência reveladora do Estado segue necessariamente uma lógica dialética tal como exposta na *Lógica* de Hegel; a lógica interna do Estado é a lógica dialética. O Estado caminha de ser a noção seguindo uma lógica universal da necessidade à liberdade. O Estado hegeliano é a forma de organização social mais avançada e superior, e seu poder sobre a sociedade civil é *logicamente* justificado.

A ruptura de Marx com essa concepção não deixa margem a dúvidas. A culminação de sua teoria política é a visão de uma sociedade sem classe e *sem* Estado, em direção à qual o impulso principal da atividade revolucionária tem que orientar-se.

A teoria marxiana do Estado é fundamentalmente formulada durante sua participação ativa nas crises políticas européias de meados do século XIX. O pilar básico da sua formulação teórica é a visão da política como a expressão do conflito de classe. Na frase de Miliband, a concepção materialista histórica de política pode ser expressa como “a articulação abrangente e onipresente do conflito social e particularmente do conflito de classe, [que] entra em todas as relações sociais...”¹²⁸

O modelo abstrato básico de conflito político está presente no *Manifesto Comunista*, onde a política na sociedade capitalista é apresentada como a expressão da confrontação de duas classes: uma de uma minoria de apropriadores que retêm todos os meios de produção e outra de produtores que detêm somente sua força de trabalho para ser vendida como mercadoria (em um mercado onde a burguesia se reserva o direito de fixar preços):

*Nossa época, a época da burguesia, possui [ao contrário das épocas anteriores da história] esta característica que a distingue: ela simplificou os antagonismos de classe. A sociedade como um todo está mais e mais separando-se em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes enfrentando-se diretamente: Burguesia e Proletariado.*¹²⁹

A divisão da sociedade civil em duas classes antagônicas definidas a partir de sua posição

127 Marx e Engels, *Collected Works* (Nova York: international Publishers, 1975), vol. 3, p. 10.

128 Ralph Miliband, *Marxism and Politics* (Londres: Oxford University Press, 1977), p. 6.

129 Marx e Engels, *op. cit.*, vol. 6. p. 485.

no modo de produção pode soar à primeira vista em Marx como a-histórica e fundada no determinismo das relações econômicas. Como exemplo deste possível “desvio estruturalista” estaria sua construção abstrata do modo de produção capitalista no volume I de *O Capital* – no entanto, é onde Marx insiste corretamente na necessidade de uma abstração inicial para ser possível compreender posteriormente a formação social capitalista. Por outro lado, em suas análises de conjuntura, Marx mostra claramente que a determinação das relações sociais pelas relações econômicas não leva a interpretações corretas na exegese dos conflitos políticos.

De fato, em nenhum lugar de suas análises da luta política francesa dos séculos XVIII e XIX encontram-se traços de determinismo econômico. O que surge, como Harrington indica, é uma situação de entrelaçamento de relações (políticas, econômicas, culturais etc) que permitiria ver a sociedade como um “todo orgânico”, uma espécie de rede de relações sociais que é a “impressão digital” de cada formação social.¹³⁰ Isto indica uma superação evidente da concepção inicial de Marx de poder explicar a formação social através da história das “sociedades civis” e é oposta à ideia de determinismo econômico que alguns autores e grupos políticos pretendem atribuir a ele. Assim, o paradigma base-superestrutura não é um ponto de referência fundamental nos textos principais de análise de conjuntura escritos por Marx em meados do século XIX – e é nestes textos que Marx estabelece a sua teoria do Estado.

No *Manifesto*, o Estado é apresentado basicamente como um meio de dominação de classe, isto é, o Estado é sempre um Estado de classe. Isto é verdade mesmo depois da conquista do poder político pelo proletariado:

*O proletariado usará sua supremacia política para tomar, por decreto, todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como a classe dirigente.*¹³¹

Assim, o Estado, em seguida à revolução política, é “o proletariado organizado como a classe dirigente”, e a implicação imediata é que o Estado na sociedade capitalista é a burguesia organizada como classe dirigente. Embora as palavras específicas, “ditadura do proletariado”, não tenham sido usadas por Marx (pelo menos nos textos clássicos)¹³², esta direção autoritária de uma classe é uma característica essencial da sociedade de classes. O Estado aparece assim no manifesto como um meio de exercer a ditadura de classe.

Um assunto polêmico entre marxistas é certamente a noção de “classe dirigente”. Em uma de suas formulações mais comuns, contradições entre as várias frações dos estratos de classe mais altos são normalmente consideradas como secundárias (a contradição fundamental sendo aquela entre capital e trabalho), tão secundárias que o Estado pode ser tratado como um simples instrumento nas mãos da classe dirigente, ou, como diz Miliband, estas formulações assumem que o “poder de classe é automaticamente traduzido em poder do Estado”.¹³³ O Estado passa a ser simplesmente o instrumento do capital. De acordo com Miliband, as respostas dadas pelos marxistas à questão “por que o Estado deveria ser considerado o ‘instrumento’ da ‘classe dirigente’” inclui um ou mais dos seguintes “três

130 Michael Harrington, *The Twilight of Capitalism* (Nova York: Simon & Schuster, 1976).

131 Marx e Engels, *op. cit.*, vol. 6, p. 504.

132 As referências são o *Manifesto Comunista, Lutas de Classe na França* e o *Décimo Oitavo Brumário de Luís Bonaparte*.

133 Miliband, *op. cit.*, p. 67. Como indica Fernbach, “frações” nos textos de Marx pode significar um partido com representação parlamentar, “mas Marx também usa [o termo] para seções de uma classe que são a base de distintos partidos políticos”. Ver a introdução de David Fernbach em Karl Marx, *Surveys from Exile* (Londres: Penguin Books, 1973), p. 11.

modos de explanação da natureza do Estado – o caráter [social] de seu pessoal de liderança, as pressões exercidas pela classe economicamente dominante, e as limitações estruturais impostas pelo modo de produção”.¹³⁴ Miliband concorda que estas explicações permitem uma melhor compreensão do Estado, se bem que podendo levar a certas confusões, e conclui corretamente que a noção do Estado como instrumento deveria ser abandonada, porque “apesar de que o Estado atua, em termos marxistas, a serviço da ‘classe dirigente’, ele não atua na maioria das vezes sob seu comando”.¹³⁵ É curioso notar que Miliband é apresentado como instrumentalista por alguns escritores marxistas.¹³⁶

Harrington até sugere que o conceito de uma “classe dirigente” deveria ser abandonado:

*Às vezes se pensa que o tema da “classe dirigente” é bem radical e marxista. Na verdade, não somente ele é incapaz de explicar trechos extensos da história capitalista, mas também tende a subestimar o caráter de classe do capitalismo ao fazê-lo dependente do destino político de um grupo de indivíduos em vez de baseá-lo nas exigências da estrutura econômica.*¹³⁷

Entretanto, o próprio Marx usava a expressão “classe dirigente” e “direção de classe” em várias passagens importantes de seus escritos, de modo que pelo menos o tema não é alheio ao marxismo. O tema na verdade é crucialmente marxista, embora interpretações específicas do mesmo possam não o ser; um caso a destacar é precisamente a abordagem instrumentalista (que Harrington diz não aceitar), que atribui às classes dominantes um nível ideal de racionalidade política, de modo que elas são sempre capazes de constituir eficientemente uma frente burguesa e de fato pôr o Estado a seu serviço e sob seu comando. No entanto, Marx usava o termo frequentemente para identificar sem muito rigor o conjunto de frações que constituem as classes dominantes.

Em termos do conteúdo da relação entre a classe dominante e o Estado, concordamos que a interpretação instrumentalista não resiste a abundância de dados sobre as confrontações políticas no interior da classe dominante, em relação as quais o Estado tem que manter uma certa diferenciação. No entanto, a famosa frase do *Manifesto* (“O executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os negócios comuns a toda a burguesia”)¹³⁸ pode ser interpretada como uma posição instrumentalista. Na verdade, em primeiro lugar, não há maneira de expor teoricamente o problema do Estado com uma frase tão sintética; em segundo lugar, a frase é formulada em um nível de abstração em que é perfeitamente legítimo (do ponto de vista metodológico) incluir a visão do Estado também como um instrumento da dominação de classe. Isto é justificável não somente como uma primeira aproximação (que será necessariamente superada), mas também para interpretar a posição política da “classe dirigente”.

É razoável assumir que cada fração da classe dominante vê o Estado como um meio de defender e impor os interesses da fração, como um instrumento para impor a luta dessa fração pela hegemonia; é por isto que a fração luta por uma parcela do poder do Estado. Se esses interesses em conflito pudessem ser conciliados em um programa comum (isto é, conflitos entre a aristocracia rural e a burguesia industrial, entre grandes e pequenos proprietários, entre a burguesia nacional e internacional etc), então o Estado estaria

134 *Ibid.*, p. 73-74.

135 *Ibid.*, p. 74.

136 Ver, por exemplo, D. A. Gold, C. Y. H. Lo e E. O. Wright, “Recent Developments in Marxist Theories of the Capitalist State”, *Monthly Review*, outubro de 1975.

137 Harrington *op. cit.*, p. 313.

138 Marx e Engels, *Collected Works*, vol. 6, p. 486.

simplesmente realizando esse programa sob o controle da “classe dirigente” — e seria somente nestas circunstâncias que faria sentido falar da “classe dirigente”. A história mostra evidentemente que este não tem sido o caso.

A conotação instrumentalista está corretamente reduzida ao seu nível de abstração nas análises elaboradas por Marx das confrontações políticas de meados do século XIX. A este respeito Poulantzas está certo ao afirmar que nos trabalhos de Marx e Engels “não há sinais de uma concepção instrumentalista do Estado — estou pensando agora nos seus textos políticos sobre a França etc”, desde que este seu “etc” não inclua o *Manifesto*.¹³⁹

Assim, para Marx, o Estado em sua essência não é necessariamente um instrumento da “classe dirigente”. Isto é extremamente importante não somente como um marco teórico mas também como uma referência programática para a classe operária. Esta referência está expressa no fato histórico que chegar ao governo (o “poder nominal”, na expressão de Marx) não necessariamente significa conquistar o poder político e econômico. O exemplo clássico é evidentemente o Estado britânico do século XIX, cujo governo estava nas mãos da aristocracia rural decadente enquanto o poder político e econômico era exercido pelos capitalistas financeiros, industriais e comerciais. Poderíamos citar como exemplo mais recente (e mais próximo de nós, latinoamericanos), o do governo da Unidade Popular no Chile (1970-1973).

O problema principal a que chegamos é conciliar o argumento de que o Estado é um Estado de classe com a evidência que ele não é necessariamente o instrumento da “classe dirigente”. A resposta de Marx apoia-se no conceito de autonomia para expressar a diferenciação entre o Estado e as frações de classe economicamente dominantes. Isto é o que faz o *Décimo Oitavo Brumário* um dos textos mais fundamentais de todas as propostas teóricas de Marx sobre o Estado. Como indica Bamat,

*[No Décimo Oitavo Brumário] Marx não somente analisou o triunfo político de Louis Bonaparte na França de 1851; ele também forneceu os elementos essenciais para uma teoria geral do Estado capitalista e sua autonomia relativa em relação às classes dominantes.*¹⁴⁰

Marx não usou a expressão “autonomia relativa”, mas seu uso do conceito claramente rejeita qualquer autonomia completa ou absoluta do Estado em relação às frações dominantes (“...o poder do Estado não flutua no ar”)¹⁴¹. A necessidade desta autonomia surge porque a burguesia (ou as diferentes frações da classe dominante) tem uma tendência de abandonar seus interesses políticos como classe pelos seus interesses imediatos, particulares e limitados, que podem estar em conflito com o “interesse geral” da burguesia como a classe capitalista. As análises de Marx em *Lutas de Classe na França (LCF)* e no *Décimo Oitavo Brumário (DOB)* mostram que, ao defender o interesse geral da burguesia, o Estado pode até fazer uso das classes subordinadas, até mesmo o *lumpenproletariat*, como meios de pressão contra frações da classe dominante.¹⁴²

Implícito nas discussões de Marx está o conceito de hegemonia. Marx vê o Estado nas mãos de uma fração da classe dominante ou uma coalizão de frações (o que é usualmente chamado de “bloco no poder” ou “bloco dirigente”) detendo a influência decisiva no Estado. O papel hegemônico pode ficar com uma fração no interior do bloco no poder, e novamente

139 Nicos Poulantzas e Henri Weber (debate). “O Estado e a Transição ao Socialismo”, *International*, vol. 4, n. 1, p. 3.

140 Bamat, *op. cit.*, p. 74.

141 Marx, *Surveys from Exile*, p. 238.

142 *Op. cit.*, p. 224-225.

o problema do instrumentalismo aparece: como é exercida essa hegemonia? Se uma fração [ou coalizão de frações) dirige com a aceitação tácita das outras frações no interior do bloco no poder”, isto pode implicar em tal concentração de poder político que pode fazer sentido imaginar o Estado como o instrumento das frações hegemônicas.

Na verdade, as análises de Marx sobre o Estado não chegaram a apresentar uma formulação clara dos conceitos de autonomia e hegemonia. As diferentes interpretações do conceito de hegemonia apresentadas por Poulantzas e Anderson,¹⁴³ e os esforços de marxistas de qualificar a ideia de autonomia (“autonomia relativa” em Poulantzas, “grau de autonomia” em Miliband etc)¹⁴⁴ acabam enfrentando problemas quase insuperáveis quando utilizadas na análise de situações concretas. Um exemplo ilustrativo é dado pelo estudo de caso de Bamat dos Estados brasileiro e peruano, onde ele mostra que o conceito de Poulantzas de “autonomia relativa” é de aplicação extremamente difícil.¹⁴⁵ Mas estes esforços são contribuições importantes para compreender o aparente paradoxo (como coloca Poulantzas)¹⁴⁶ de uma visão não-instrumentalista de um Estado de classe.

Três outros problemas levantados pelas formulações de Marx mereceriam discussão: a separação Estado-sociedade civil; a contradição terra-capital; e a ideia do acesso diferenciado ao poder do Estado (em que o Executivo aparece como uma instância superior de poder em relação ao Legislativo).

A separação Estado-sociedade civil permanece um assunto não resolvido entre os materialistas históricos. Uma visão frequente e que, já que a coerção extra-econômica para a apropriação do sobre-trabalho já não existe sob o capitalismo, há uma esfera ou palco (o das relações de produção] onde as classes antagônicas, por assim dizer, interpretam seus papéis [como vendedoras e compradoras da força de” trabalho) na produção de mercadorias, e outro palco onde elas se confrontam em sua luta pelo poder político. Embora a proposição de coerção econômica versus extra-econômica seja uma aproximação metodológica válida para diferenciar os modos de produção capitalistas dos precapitalistas, não é necessariamente correto assumir que sob o capitalismo é mais clara a separação Estado-sociedade civil. Na verdade, a linha divisória continua sendo objeto de agudos debates entre os materialistas históricos. Em todo caso, não há dúvida que Marx, em toda sua discussão da situação na França, freqüentemente assumia uma linha divisória entre Estado e sociedade civil. No entanto, esta separação era na maioria das vezes empregada por Marx como uma ferramenta auxiliar para explicar certos detalhes do conflito político. Tal como no caso de “hegemonia” e “autonomia”, Marx não chegou a propor para o problema uma solução teórica “clássica”.

Nas análises conjunturais da França, Marx teve de lidar com as limitações de suas formulações abstratas tal como foram sintetizadas por ele e Engels no manifesto. Assim, ele teve de confrontar o problema de interpretar a presença ativa na “arena política” de várias frações de apropriadores e produtores, e a separação burguesia-proletariado do manifesto, se bem que forne-cia um ponto de referência qualitativo essencial, era insuficiente para a análise concreta dos conflitos políticos no interior da classe dominante e entre esta classe e os grupos subordinados.

No caso específico da França, Marx começou a análise reconhecendo uma limitação

143 Poulantzas, *Political Power and Social Classes*. Perry Anderson, “The Antinomies of Antonio Gramsci”. *New Left Review*, n. 100.

144 Poulantzas, *op. cit.*. Miliband, *op. cit.*

145 Bamat, *op. cit.*, p. 75.

146 Poulantzas, *op. cit.*, p. 288.

fundamental para o desenvolvimento da confrontação entre capital e trabalho: o fato que o capitalismo estava ainda em processo de se consolidar como forma dominante de apropriação de excedente. Entretanto, Marx e Engels acreditavam firmemente na possibilidade de uma revolução internacional, que seria detonada por um levante proletário na França (em aliança inicial com a pequena burguesia e o campesinato), seguido imediatamente por uma tomada cartista do poder na Inglaterra e uma vitória proletária na Alemanha. Ambos os autores supunham que uma minoria de explorados (o proletariado no século XIX) lideraria uma insurreição antiburguesa quase certamente vitoriosa, especialmente porque esta classe era submetida à forma mais avançada de exploração e, Marx e Engels erradamente pensavam, o capitalismo estava para atingir seu clímax de desenvolvimento e seria portanto extremamente vulnerável à pressão das forças socialistas. Como diria Engels cerca de 45 anos mais tarde:

*A história mostrou que nós [Marx e Engels], e todos aqueles que pensavam como nós, estávamos errados. Ela deixou claro que o estado de desenvolvimento econômico no continente [europeu] da época estava longe de amadurecer para a eliminação da produção capitalista; ela provou isto pela revolução econômica que, desde 1848, tomou a totalidade do continente...*¹⁴⁷

Até 1850, os artigos na *Neue Rheinische Zeitung (NRZ)* mostravam a esperança de uma revanche econômica, depois da derrota do proletariado francês em junho de 1848. Em *LCF*, Marx procurou demonstrar a tese que o partido revolucionário (proletário) ressurgiria mais forte das derrotas, por causa da suposta capacidade do proletariado de aprender e elevar o nível de sua consciência de classe no calor dos conflitos:

*O progresso revolucionário abriu seu próprio caminho, não pelas suas conquistas imediatas, trágicas, mas, ao contrário, criando uma contra-revolução unida e poderosa; só em combate com esta oponente o partido insurrecional amadureceu como um partido real da revolução.*¹⁴⁸

A ação insurrecional decisiva do proletariado (que culminaria na tomada do poder político) seria impulsionada pela crise econômica geral que a Europa estava para enfrentar. Nos artigos da *NRZ* em 1850, Marx argumentava que toda crise até o início do século XIX tinha ajudado a consolidar a posição de uma burguesia industrial emergente contra uma aristocracia financeira e proprietária de terras, mas as crises comerciais e de superprodução de meados do século XIX seriam fatores objetivos decisivos na detonação de uma revolução proletária. É importante destacar que estas previsões bastante otimistas sobre as possibilidades de uma vitória proletária em todo o continente europeu não prejudicavam as propostas metodológicas de Marx para a análise do papel do Estado em uma sociedade burguesa. No máximo, prejudicaram as propostas programáticas feitas por Marx e Engels na época, como militantes.

Em *LCF* e no *DOB*, Marx empregou um esquema metodológico no qual é importante destacar pelo menos os seguintes conceitos ou unidades de análise: *atores* (personagens); periodização da conjuntura política sendo analisada; os eventos políticos; a noção de arena ou *palco político*.

As análises de Marx destacam a importância de selecionar o que ele chamava de atores do conflito político: as formas imediatas através das quais as frações de classe se manifestavam

147 Engels, introdução à edição de 1985 de *Lutas de Classe na França*, citado por Colletti, *From Rousseau to Lenin*, p. 45.

148 Marx, *Surveys from Exile*, p. 35.

nas confrontações da luta pelo poder. Estes atores podiam ser indivíduos ou grupos e até classes ou frações de classes. As ações desses atores que causassem uma perturbação significativa na correlação de forças deveriam ser tomadas como os eventos políticos relevantes. O período sendo analisado deveria ser dividido em subperíodos durante os quais as mudanças significativas de correlação de forças entre as diferentes frações teriam lugar. Finalmente, ele empregava a noção de arena ou *palco político*; a utilização dessas expressões não seguia uma definição clara, mas em muitas passagens importantes da análise elas aparecem como um espaço de representação política no Estado. O palco podia ser o Parlamento, as forças armadas, e em alguns casos até as ruas onde as confrontações físicas ocorriam.

Além desses conceitos, é importante também ver como Marx caracterizava as frações de classe. Só em situações históricas específicas Marx via o Estado como um instrumento nas mãos de uma fração dirigente. Vejamos, por exemplo, o seguinte trecho do *DOB*:

*...sob a monarquia absoluta, durante a primeira revolução francesa, e sob Napoleão, a burocracia era só o meio de preparar a direção de classe da burguesia. Sob a Restauração, Luis Felipe e a república parlamentar, por outro lado, ela era o instrumento da classe dirigente, não importando quanto ela lutasse pelo poder para si mesma.*¹⁴⁹

Em *LCF*, Marx enfatizava que a fração dirigente da burguesia sob a monarquia constitucional de 1830-1848 era a chamada “aristocracia financeira”, um poder dirigente exercido através de todos os níveis do Estado: “[a aristocracia financeira] sentava-se ao trono, ditava as leis no parlamento, e nomeava funcionários dos ministérios à agência de tabacos”.¹⁵⁰ Esta aristocracia, segundo Marx, era uma mistura de “banqueiros, barões do mercado de ações, barões das ferrovias, proprietários de florestas e minas de carvão e ferro, uma seção dos proprietários de terras que haviam se aliado a eles”,¹⁵¹ que se opunha a uma “burguesia industrial [que] formava parte da oposição oficial”.¹⁵² O critério de separação era o nível de poder econômico e integração das atividades econômicas de cada grupo. Assim, a “aristocracia financeira” (ou “burguesia financeira”, ou ainda, “grande burguesia”) era a cabeça de uma lista de grupos sociais cujos interesses econômicos de curto prazo coincidiam, implicando em uma associação para a acumulação capitalista. Assim, os “barões das ferrovias” e os proprietários de minas e florestas, que à primeira vista deveriam ser classificados como industriais, estavam de fato estreitamente ligados às operações financeiras dos banqueiros e tinham poder econômico suficiente para “merecer” participar dessa sociedade de interesses econômicos e políticos. Os industriais menores não tinham cacife financeiro suficiente e não poderiam disputar com sucesso os frutos das operações financeiras – eles eram abandonados à própria sorte, e portanto tinham que ir à arena política como opositores aos níveis superiores da classe dominante.

Do mesmo modo, Marx classificava os proprietários de terras na cena política. De um lado, uma pequena minoria muito rica pertencente à aristocracia financeira; de outro o resto, que ficava em uma de três alternativas: uma associação política difícil com os industriais menores; juntar-se à oposição pequeno-burguesa; ou retirar-se do palco político. Entre os membros da “burguesia industrial”, Marx colocava “a totalidade da França produtora de

149 *Ibid.*, p. 238.

150 *Ibid.*, p. 36.

151 *Ibid.*

152 *Ibid.*

vinho”.¹⁵³ A pequena burguesia incluía “proprietários de bares e restaurantes, *marchands de vins*, pequenos comerciantes, lojistas, artesãos etc”.¹⁵⁴

Segundo Hobsbawm, a “grande burguesia” tinha que adaptar-se à reorganização econômica derivada da revolução francesa:

*A parte capitalista da economia francesa era uma superestrutura erigida sobre a base imóvel da pequena burguesia e campesinato. Os trabalhadores livres sem terra simplesmente fluíam para as cidades; as mercadorias baratas padronizadas que faziam a fortuna dos industrialistas progressistas em outros lugares não dispunham de um mercado suficientemente grande e em expansão. Muito capital era poupado, mas por que deveria ele ser investido na indústria local? O empresário francês experiente fazia mercadorias de luxo e não produtos para consumo de massa; o financista experiente promovia indústrias estrangeiras em vez de locais. A empresa privada e o crescimento econômico caminham juntos somente quando este permite lucros mais altos para aquela do que outras formas de negócios. Na França isso não acontecia, embora através da França a empresa privada fertilizasse o crescimento econômico de outros países.*¹⁵⁵

O poder financeiro imenso da “grande burguesia” francesa foi assim investido fora das fronteiras nacionais (“até 1847 cerca de 2.250 milhões de francos haviam saído — um montante abaixo somente do inglês e astronomicamente maior que de qualquer outro”)¹⁵⁶. Sob tais condições econômicas, uma das principais atividades econômicas da grande burguesia era o crescimento acelerado do capital especulativo através de um agravamento do deficit estatal. Aqui Marx revelava como a classe dominante pode aumentar seu nível de exploração sobre as classes subordinadas através do Estado pela apropriação de recursos obtidos pela concentração dos impostos sobre as classes subordinadas. Ele estabeleceu os fundamentos do que viria muito mais tarde ser chamado de “teoria da crise fiscal” do Estado sob o capitalismo, através de uma clara explanação do caso francês na época da monarquia constitucional de 1830. Marx mostrou a extrema importância do Estado para a acumulação capitalista como um agente econômico essencialmente dedicado a canalizar recursos coercivamente (lembramos que a legislação fiscal é em última análise aprovada pelo bloco no poder) da sociedade para servir os interesses das frações no poder.

O rápido desenvolvimento da organização financeira do modo de produção capitalista emergente permitiu a diversificação dos investimentos da aristocracia financeira (e sua consequente dominação de certas atividades industriais). Na época da monarquia constitucional, o funcionamento das companhias por ações e sua captação de recursos através da Bourse de Paris já estavam bem avançados. Marx mostrou que o Estado estava tão envolvido nas atividades do capital especulativo que “todos os membros da maioria, incluindo vários ministros, eram acionistas dos mesmos projetos ferroviários que, subsequentemente, como legisladores do Estado, eles executaram com recursos do Estado”.¹⁵⁷

Em *LCF* Marx denunciou pela primeira vez o caráter ilusório da “democracia burguesa” e propôs, como o único caminho para o proletariado consolidar a base política de uma revolução social, a imposição de uma “ditadura da classe operária”.¹⁵⁸ Ele chegou até a

153 *Ibid.*, p. 37.

154 *Ibid.*, p. 65.

155 Eric J. Hobsbawm, *The Age of Revolution 1789-1848* (Nova York: Mentor Books, 1962). p. 213.

156 *Ibid.*

157 Marx, *op. cit.*, p. 38.

158 *Ibid.*, p. 61.

afirmar que a derrota de junho de 1848 tinha tornado o proletariado francês consciente de sua tarefa histórica – derrotar a burguesia e estabelecer a dominação do proletariado como classe. Neste contexto, pelo menos em *LCF* e no *DOB*, Marx via o sufrágio universal como uma conquista tática da maior importância, especialmente no caso da França da época, onde, de acordo com ele, uma aliança tática proletariado-burguesia-campesinato para destruir o poder burguês era bem possível. Tentativas de alguns autores de atribuir a Marx a proposta do sufrágio universal como um objetivo estratégico essencial das classes subordinadas não correspondem a suas formulações da questão em *LCE* e no *DOB*.

Até mesmo em uma conjuntura de extrema crise política (como o período fevereiro-junho de 1848 iniciado com a Revolução de Fevereiro na França), afirmava Marx, o Estado não perde seu caráter essencial de classe. Do golpe de Napoleão Bonaparte (Napoleão I, que ao retornar do Egito liderou a toma do poder em novembro de 1799, tornando-se Primeiro Consul da República) às *Journées de Juin* de 1848, bem como às distintas formas de governo posteriores, formas de governo contribuíram em sua essência ao desenvolvimento do capitalismo, servindo à burguesia. Estes diferentes governos (resultado de conflitos no interior da classe dominante para lentamente consolidar a hegemonia do capitalismo industrial) podiam variar na forma, mas seu conteúdo era o mesmo.

Na França, o fim político da última forma de Estado ainda vulnerável à organização econômica precapitalista – o Estado absolutista – aconteceu durante 1789-1799, e desde então a nova tarefa da organização estatal tem sido fundamentalmente a de fomentar o avanço das relações de produção capitalistas. Marx enfatizou que a derrota de junho de 1848 marcou o “lugar de nascimento da república burguesa”, quando “o proletariado forçou esta república a aparecer em sua forma pura, como o Estado cujo objetivo declarado é perpetuar o reinado do capital e a escravidão do trabalho”.¹⁵⁹ É interessante notar que Marx não deixou de lado os gastos de legitimação como característica estrutural do Estado burguês: “que Estado moderno não alimenta seus mendigos de uma forma ou de outra?”¹⁶⁰

O conflito entre as frações da classe dominante para compartilhar o poder do Estado não é levado a efeito por estas frações de tal modo que a hegemonia seja o resultado final de uma luta política racionalmente conduzida – de outro modo, poderíamos aplicar facilmente modelos de teoria dos jogos para explicar a luta política. Se qualquer racionalidade pode ser atribuída a estas frações à medida que elas “interpretam” seu papel no cenário político, ela estaria em seus compromissos políticos passados. Deste modo, faz sentido falar sobre uma fração orleanista (“aristocracia das finanças e os grandes industriais”), porque “eles reinaram durante a monarquia de julho”, e uma fração legitimista ou bourbonista (“os grandes proprietários de terras”), porque estes “reinaram durante a Restauração”.¹⁶¹ Estas duas frações compunham a “massa burguesa” dos monarquistas. Eles foram capazes de defender totalmente seus privilégios enquanto no poder sob aquelas formas de governo (Restauração e a monarquia de julho) e tinham que temer as inovações significativas de organização na dinâmica do poder do Estado: esta pode ter sido a visão dessas frações das inovações republicanas. Entretanto, elas tinham interesses econômicos a defender contra as outras frações:

...na república burguesa, que não ostentava nem o nome de “Bourbon” nem o de “Orleans”, mas sim o nome “Capital”, elas tinham encontrado a forma de Estado em

159 *Ibid.*

160 *Ibid.*, p. 69.

161 *Ibid.*, p. 165.

*que poderiam dominar juntas.*¹⁶²

Assim, os burgueses republicanos foram expulsos do “partido da Ordem” — a coalizão parlamentar da aristocracia financeira — e da Assembléia Constituinte. Logo depois da eleição em 1848 de Luís Bonaparte (Napoleão III), parecia que até o poder executivo seria conquistado definitivamente pelos monarquistas, quando o eleito formou “um ministério do partido da Ordem”.¹⁶³

A ideia de autonomia aparece nos textos de Marx como resultado de seu esforço de explicar a distância aparente de todas as frações da classe dominante que o governo autoritário de Luís Bonaparte parecia ter. Marx supunha que tal autonomia era só aparente, mas tinha dificuldade em explicar as ligações do novo governo com qualquer fração. Sua tentativa inicial foi supor que Luís Bonaparte “representava” os pequenos proprietários de terras (possivelmente porque eles deram seu apoio incondicional a ele nas eleições presidenciais). Este conceito de “representação” é bastante confuso na análise de Marx. Ele afirmava que o poder de classe dos pequenos proprietários rurais não poderia ser exercido durante a ditadura de 1852 por causa da extrema dispersão desta fração. Só décadas depois, quando ele retomou a análise da política francesa, Marx descreveu a ditadura de Luís Napoleão como um Estado de classe nas mãos do capital industrial emergente.

A dificuldade das duas principais frações do partido da Ordem em manter—se unidas era explicada por Marx assim:

*Sob os Bourbons, dominava a grande propriedade rural, com seus padres e lacaios; sob a monarquia de julho, eram as altas finanças, a grande indústria, o grande comércio, isto é, capital... Portanto, não eram os chamados princípios que mantinham essas frações divididas, mas sim suas condições materiais de existência, dois tipos distintos de propriedade; era a velha oposição entre cidade e campo, a velha rivalidade entre capital e propriedade da terra.*¹⁶⁴

A importância desta contradição seria reduzida quando o capital industrial se tornasse a forma dominante de capital, mas aquele era um momento de transição no qual esse antagonismo tinha uma clara influência no conflito político.

A análise de Marx da “fração republicana da burguesia” também ajuda a entender sua abordagem do problema do Estado. Já que os membros desta fração não têm uma “sólida base de classe, seu reino logo chegou ao fim com o desenvolvimento da luta de classes”.¹⁶⁵

Finalmente, vejamos como Marx via o papel da classe capitalista no processo de consolidação do poder político centralizado do Estado. No manifesto, o problema era apresentado assim:

*A burguesia... aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disto foi a centralização política. Províncias independentes ou com pouca vinculação, com interesses, leis, governos e sistemas fiscais separados, foram juntadas em uma nação, com um governo, um código legal, um interesse nacional de classe, uma fronteira e uma tarifa alfandegária.*¹⁶⁶

Como pode ser visto, se enfatizava que a burguesia é a principal força por trás do processo

162 *Ibid.*

163 *Ibid.*, p. 166.

164 *Ibid.*, p. 173.

165 *Ibid.*, p. 13.

166 Marx e Engels, *Collected Works*, vol. 6, p. 488—489.

de centralização. Esta ênfase foi muito reduzida na descrição de Marx do aparelho de Estado francês no *DOB*, onde ele reconhecia que a burguesia vinha aperfeiçoar a máquina estatal, “para levar adiante a centralização que a monarquia absoluta tinha iniciado”.¹⁶⁷ Em outras palavras, o Estado capitalista não surge como uma criação da classe capitalista.

Muitas questões levantadas por Marx ficam por ser discutidas (e é claro que a discussão acima não tem a pretensão de esgotar os problemas comentados...): as diferenças em termos de acesso ao poder que representam os poderes executivo e legislativo (Marx em geral colocava o Executivo como uma instância “mais alta” de poder); as contradições entre as frações das classes subordinadas; a destruição do aparelho de Estado para destruir o poder burguês etc. No entanto, a discussão apresentada pelo menos mostra que, se Marx não dedicou ao problema teórico do Estado a mesma atenção que para a formulação da teoria do modo de produção capitalista, ele certamente tocou nas questões fundamentais que deveriam ser resolvidas por uma teoria materialista histórica do Estado – e estas continuam sendo até hoje a base para a maioria das formulações sobre o Estado apresentadas pelos marxistas contemporâneos.

167 Marx, *Surveys from Exile*, p. 237.

[Primeira contracapa da edição original]

O autor tem a preocupação de mostrar, primeiramente, que não existe ciência neutra, não-ideológica, objetiva. Analisa, depois, o estado teórico-metodológico do materialismo histórico, o conceito de ideologia e as várias formulações: teóricas contemporâneas do Estado. Por fim, examina as concepções de Marx sobre o Estado. Sem dúvida, é um assunto espinhoso. Primeiramente porque pouca coisa está definitivamente estabelecida em termos de corpo teórico. Além disso, porque em esforço para aproximar-nos desse corpo teórico requer uma rigorosa análise multidisciplinar: o Estado é repressor, empresário, justiceiro, corrupto, salvador, ideológico, mistificador, possessivo. Mais cheias de adjetivos são ainda as relações entre as pessoas, a sociedade civil e o Estado. No entanto, passam décadas e Estados permanecem sob a tutela imbatível de autoridades que podem manejar intelectualmente muito poucas disciplinas relacionadas a essa adjetivação. Diminuir essa distância entre prática de poder do Estado e o conhecimento do Estado é justificativa suficiente para empreender a busca de uma teoria. Leitura de grande proveito, com farta bibliografia, para um público mais exigente e acadêmico.

[Segunda contracapa da edição original]

O Autor: Carlos Alberto Afonso, estudou engenharia naval na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. É Mestre em Economia pela Universidade de York (Toronto, Canadá), onde cursou o doutorado em Pensamento Social e Político. É cofundador , juntamente com Herbert de Souza, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, IBASE, centro de consultoria independente dedicado a democratização da informação, localizado no Rio de Janeiro.